



# **A Importância da Mediação Social num Cenário Pandémico e Pós-Pandémico em Contexto Autárquico**

Jéssica Micaelo Antunes

Orientador de Dissertação:  
Professor Doutor José Marques

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do  
grau de MESTRE EM MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E  
INTERVENÇÃO SOCIAL

2021/2022

Dissertação de Mestrado realizado sob a orientação do Sr. Prof. Doutor José Marques, apresentada no IPL – Instituto Politécnico de Leiria, na ESECS – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Mediação Intercultural e Intervenção Social.

*“Faltam-nos hoje não apenas mestres da vida interior, mas simplesmente da vida, de uma vida total, de uma existência digna de ser vivida. Faltam cartógrafos e testemunhas do coração humano, dos seus infintos e árduos caminhos, mas também dos nossos quotidianos, onde tudo não é e é extraordinariamente simples. Falta-nos uma nova gramática que concilie no concreto os termos que a nossa cultura tem por inconciliáveis: razão e sensibilidade, eficácia e afetos, individualidade e compromisso social, gestão e compaixão, espiritualidade e sentidos, eternidade e instante. Será que do instante dos sentidos podemos fazer uma mística? Não tenhamos dúvidas: o que está dito permanece ainda por dizer.”*

(Mendonça, José Tolentino)

## **Agradecimentos**

*“Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”*

(de Saint-Exupéry, Antoine)

Um especial agradecimento aos meus pais e ao meu irmão, que sempre me deram forças para perseguir todos os meus sonhos e sempre me apoiaram em tudo incondicionalmente. Foram eles que me deram asas para voar e me ensinaram a essência de ser-se “resiliente”. Um, igual, bem-haja a todos os meus familiares e amigos que me têm vindo a acompanhar durante este percurso a que chamamos “vida”. Agradeço à equipa do social da Câmara Municipal de Alcanena que prontamente me recebeu e me ajudou ao responder a todas as minhas questões com prontidão. Agradeço também ao meu orientador, Professor José Marques. Cresci muito a nível pessoal e profissional ao vosso lado, sendo hoje uma pessoa muito mais rica quer intelectualmente como profissionalmente. A todos o meu mais sincero agradecimento.

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

CIMT- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMA – Câmara Municipal de Alcanena

CTM – Centro de Testagem Municipal

DGS – Direção Geral da Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

PEEMA – Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcanena

## Índice de Imagens

Figura 1) Aguarela dos Paços do Concelho .....	23
Figura 2) Organograma .....	58
Figura 3) Brasão da Vila de Alcanena.....	59
Figura 4) Bandeira da Vila de Alcanena .....	59
Figura 5) Mapa da Localização do Concelho de Alcanena .....	60
Figura 6) Mapa das Freguesias que compõem o Concelho de Alcanena .....	61
Figura 7) Folheto sobre a "Help Phone" e o Serviço de Teleassistência Domiciliária...	69
Figura 8) Folheto sobre o Plano de Contingência Social do CLAS .....	70
Figura 9) Folheto "Alcanena Apoia" .....	71
Figura 10) Folheto para Apelo Solidário.....	71
Figura 11) Folheto do Projeto "Máscaras Solidárias" .....	72

## Índice

Abstract.....	10
Introdução.....	11
Capítulo I – Revisão da Literatura.....	13
1. Enquadramento Teórico .....	13
1.1. O Social e o seu estado Líquido.....	13
1.2. A Realidade Pandémica e o Social .....	16
1.3. Mediação: A Importância da Mediação Intercultural .....	18
1.4. Realidade do Contexto Autárquico - Identificação e Caraterização da Câmara Municipal de Alcanena.....	23
1.5. Realidades dos Contornos Sociais Pré-Existentes na CMA.....	27
1.6. Desafios do Contexto Social durante o Período Pandémico e Pós-Pandémico na CMA	29
Capítulo II – Apresentação e Discussão de Resultados.....	31
2. Investigação a Desenvolver.....	31
2.1. Tipo de Pesquisa e Método.....	31
2.2. Fontes de informação e estratégia de pesquisa .....	34
2.3. Análise de Dados .....	35
3. Discussão.....	35
3.1. O Município e a Pandemia .....	35
3.2. Perspetiva Municipal quanto à sua Atuação durante a Pandemia .....	37
3.3. Estratégias de Atuação Presentes na Área Social .....	41
3.4. A Pandemia em relação com o Planeamento Municipal .....	47
Capítulo III – Conclusão.....	50
Referências Bibliográficas.....	53
Outros Documentos .....	56
Anexos.....	58
Anexo I – Organograma .....	58

Anexo II – Brasão da Vila de Alcanena .....	59
Anexo III – Bandeira da Vila de Alcanena.....	59
Anexo IV – Mapa da Localização do Concelho de Alcanena .....	60
Anexo V – Mapa das Freguesias que compõem o Concelho de Alcanena .....	61
Anexo VI- Decreto-Lei nº115/2006 .....	62
Anexo VII - Folheto sobre a “Help Phone” e o Serviço de Teleassistência Domiciliária .....	69
Anexo VIII- Folheto acerca do Plano de Contingência Social do CLAS.....	70
Anexo IX- Folheto “Alcanena Apoia” .....	71
Anexo X- Folheto para Apelo Solidário.....	71
Anexo XI- Folheto do Projeto “Máscaras Solidárias” .....	72
Anexo XII- Legislação: Portaria n.º 82-C/2020 .....	73
Anexo XIII – Compromisso de Honra do Orientador .....	77
Anexo XIV – Declaração sobre as Faltas por Acompanhamento Familiar por Suspensão de Atividades Escolares.....	78
Anexo XV – Guião das Entrevistas Semiestruturadas .....	79
Anexo XVI – Entrevistas Semiestruturadas .....	81

## Resumo

O presente estudo tem como propósito apresentar uma revisão da literatura, relativa às implicações sociais suscitadas pelo cenário pandêmico, bem como o impacto do mesmo pós-covid 19, passando por uma análise da atuação do poder local em contexto social junto aos seus munícipes face aos desafios colocados pela pandemia. O estudo vai basear-se nas atuações desenvolvidas, especificamente, pela Câmara Municipal de Alcanena.

O COVID-19 veio ter um impacto significativo na nossa sociedade, em particular nas dimensões do social e da saúde, originando uma verdadeira situação de calamidade a nível mundial. A realidade pandémica foi demarcada por ser um período de mudanças e transformações abruptas. As medidas de contingência impostas vieram reformular a realidade social, impondo novas formas de (con)vivência.

Ao longo desta dissertação pretende-se explicitar quais os tipos de efeitos que se fizeram sentir com a pandemia, as suas consequências e a importância da mediação nas infraestruturas autárquicas, tendo em particular, atenção a atuação da Câmara Municipal de Alcanena e, em especial, da intervenção-ação da valência social da mesma neste período.

O estudo desta questão incide na importância de uma atuação mediadora por parte do poder local, de forma a assegurar uma resposta de intervenção adequada, coesa, justa e sustentável junto da comunidade que comporta. Em termos científicos esta dissertação vem contribuir para o aprofundamento da compreensão da mediação no plano autárquico, bem como entender a imprescindibilidade do papel do poder local em períodos de calamidade social.

**Palavras-chaves:** pandemia; covid-19; mediação; intervenção social; laços sociais; autarquia.

## **Abstract**

The present study intends a literature review, about all the social complications caused by the pandemic reality, as well as the impact of the after covid, passing by an analysis of the local power into the social context with its citizens, facing the challenges of the pandemic reality. The study will be based on the actions developed, specifically, by the Autarchy of Alcanena.

COVID-19 was a virus' that had a massive repercussions and impact on nowadays society, especially on the social and health dimensions, creating a true global calamity situation. The pandemic reality was demarcated for being a tremendous period of changes and significant transformations.

The contingency measures imposed in this period changed all the social reality existent, bringing new ways of coexistence for the society.

Throughout this dissertation it is intended to understand which impacts were felt along with the pandemic, as well the consequences and the importance of social mediation on the autarchy, particularly in the chamber of Alcanena, for the action -intervention of the social workers in this autarchy.

The study of this question makes possible for us to understand the actuations practice by the local power, as a way of measure and guaranty an intervention that is sustainable, fair, cohesive, and suitable for all the comported community. In scientific terms this dissertation intends to contribute for the deepening of knowledge about the mediation role on autarchies, as well the role developed by the local power in times of social calamity.

**Keywords:** pandemic; covid-19; mediation; social intervention; social ties; autarchy.

## Introdução

Em 2019 surge o novo SARS-COV2, um vírus responsável pela “Paragem do Mundo”, que, com grande rapidez, se propagou por todos os territórios, povos e nações. Um vírus responsável por ameaçar não só a saúde pública, como, também, a saúde mental. Esta ameaça invisível pôs em risco tudo aquilo que conhecíamos como “normal”, destruindo a forma de vida social até então vigente, erguendo barreiras sociais inimagináveis a todos/as.

Apesar de todas as opções tecnológicas que, atualmente, dispomos, nada é avançado o suficiente para fazer jus ao verdadeiro contato humano, atendendo a que o toque e a proximidade são fatores essenciais à nossa forma de socialização.

Uma das medidas mais abordadas neste contexto pandémico foi a questão do distanciamento social. Esta foi uma medida necessária e urgente aos olhos de tantos governos e da própria OMS, que acabou, mesmo, por ser acentuada, proliferada e generalizada pela “palavra” dos meios de comunicação.

Os desafios colocados pelo Coronavírus foram múltiplos, o que potenciou a uma exigência de atuação e resposta precisas e imediatas, exigindo da sociedade e dos seus alicerces mais do que nunca. Emergindo a urgência da criação de pontes ao invés de muros, potenciando o trabalho a caminho da reinvenção social.

A urgência da ação social veio ser, em muito, debatida com esta realidade, levantando ao surgimento de questões sociais novas, assim como à necessidade de desenvolver novos mecanismos que fossem capazes de prevenir a segregação social, atuando em prol de máximas sociais, como a justiça, coesão, sustentabilidade e inclusão sociais.

O trabalho pretende constituir uma análise do impacto social da realidade pandémica, analisando particularmente a atuação autárquica da Câmara Municipal de Alcanena (CMA) e os instrumentos, estratégias e mecanismo mobilizados durante esta nova realidade, percecionando a importância ou impacto da mediação enquanto mecanismo de atuação social durante este período.

Este trabalho apresenta-se subdividido em três capítulos distintos: um primeiro capítulo que incide na revisão da literatura, pretendendo efetuar uma análise mais aprofundada sobre os pontos de referência estudados ao longo desta dissertação; um

segundo capítulo que incide sob a apresentação e discussão de resultados com a pesquisa desenvolvida ao longo da dissertação, bem como à análise e descrição da metodologia utilizada para a construção da dissertação e um terceiro capítulo, que vem apresentar uma conclusão sobre o estudo desenvolvido e apresentado na dissertação.

# Capítulo I – Revisão da Literatura

## 1. Enquadramento Teórico

Este primeiro capítulo vai-se centrar numa análise mais profunda sobre os pontos de referência que constituíram a base deste estudo. De forma a auxiliar o leitor na análise e compreensão das questões centrais que se pretendem abordar nesta dissertação.

### 1.1. O Social e o seu estado líquido

*“Os tempos são líquidos porque, assim como a água, tudo muda muito rapidamente. Na sociedade contemporânea, nada é feito para durar.”*

(Zygmunt, Bauman, 2001)

Tentar definir o social é uma tarefa deveras árdua e complexa, pois este é um termo, de certo modo, líquido, isto baseando-nos nas teorias de Bauman. O estado de liquidez faz referência a termos cujos contornos não são inabaláveis, sendo suscetíveis de constante (trans)formação e mutação.

Bauman (2001) alerta-nos sobre a questão do medo, assumindo-o como sendo “o demónio mais sinistro do nosso tempo”, sendo assim indispensável acentuar a necessidade de apostar numa sociedade assente em premissas mais consistentes e viáveis, assegurando sentimentos de pertença social e segurança mais concisos. Assim é o social, um termo maleável, cujas orlas vão oscilar consoante os tempos e as suas sociedades.

A partir do exposto pelos próprios dicionários, é perceptível uma visão um pouco parca do social, que o retrata como:

- “1. Que diz respeito à sociedade ou às relações que se estabelecem entre os membros de uma sociedade (ex.: convívio social; afastamento social; ciências sociais)”;
- “4. Que é benéfico ou conveniente para a sociedade (ex.: pacto social)”;
- “5. O que diz respeito ao bem-estar de todos”

- “6. O que pertence ou diz respeito a todos”.<sup>1</sup>

Durante este período demarcado por grandes conturbações, impulsionadas pelo vírus SARS-CoV-2, o receio e o medo foram sentimentos em muito partilhados pela sociedade mundial, e que vieram reformular, de certo modo, a vida em sociedade, como era conhecida até então.

A pandemia veio, gradualmente, tomar um grande destaque e peso nas nossas vidas, acabando por destituir tudo o que tínhamos por certo. A rotina mudou. Podemos falar num rompimento sem precedentes, não só económico como social. É fundamental repensar o social, e esta dissertação pretende desenvolver uma análise sobre o prisma do outro relativamente ao impacto da pandemia no presente e quais as perspetivas sob o futuro.

Urge ressaltar que esta nova realidade não deverá ser encarada com leveza, devendo haver consciência coletiva das questões anómalas geradas pela mesma, não a tomando enquanto uma realidade para a atualidade, mas antes um obstáculo que deve ser analisado e debatido à luz da opinião pública, não colocando em risco a perda de noções basilares para o funcionamento estrutural da sociedade em si.

Lopes (2020), por exemplo, analisa a forma como o covid-19 veio acentuar as desigualdades sociais e ressaltar a importância do reforço e zelo dos laços sociais, tornando evidente a importância de apostarmos na (re)educação social, nos estreitamentos dos laços sociais e na acentuação de respostas solidárias, de forma a encontrarmos pós-pandemia uma sociedade coesa, sustentável e inclusiva e não uma sociedade pautada pela coercibilidade, pelo racismo ou pela exclusão social.

No mesmo sentido, Domingues (2020), acaba também por ser defensora da imprescindibilidade de apostar não só no setor da saúde, devendo denotar as ciências sociais como mecanismo fulcral também ao seu combate. Para a autora a solução para o combate ao covid-19 passa pela cooperação entre as ciências sociais e as ciências naturais (exatas).

Para Silva (2020), urge analisar algumas reflexões acerca de medidas e ideias de impacto social que poderiam ser tomadas em prol da recuperação das fragilizações

---

<sup>1</sup> "social", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/social> [consultado em 18-11-2021].

originadas com a propagação do vírus. Realçando-se, assim, uma necessidade extrema da intervenção ativa do Estado, recorrendo exaustivamente a políticas macroeconómicas capazes de restabelecer alguma normalidade à comunidade, bem como vem evidenciar um mundo pós-pandemia denotado por um acentuado nível de discrepâncias sociais, podendo vir a ser impulsionados fenómenos como é o caso da luta das classes à posteriori, sob forma de atingir uma maior condignidade quer social quer económica, ou mesmo política.

Por sua vez Virginio (2020) vem expor o quão é fulcral zelar pela garantia do direito à cidadania, bem como é essencial visar uma efetuação de investimentos nos setores da educação, da saúde, ambos sociais e económicos.

Das análises dos autores referidos, é perceptível o quão este cenário pandémico veio reestruturar aquilo que conhecemos por social, sendo facilmente perceptível que este foi um contexto que sofreu abruptas mudanças. Uma das grandes questões que se pretende analisar e percecionar é relativa à readaptação da comunidade a um Mundo pós-pandemia, refletindo o papel da Mediação neste prisma e reavaliando um novo lado da própria índole identitária adjacente à sociedade e às relações estabelecidas com o outro.

A pandemia trouxe consigo problemáticas, tanto de índole económica, política, cultural ou social. No entanto, interessa-nos, sobretudo, as de natureza social, que tem vindo a sentir-se ao longo destes últimos tempos. Há que reconhecer, porém, que estas não existem isoladamente e que não é possível desassociá-las de fatores económicos, políticos e culturais.

Uma das grandes questões sociais discutidas refere-se ao impacto social no seio da dinâmica familiar. Foram estas questões que impulsionaram a escolha desta abordagem e desta temática como base central da minha proposta de investigação, sendo de destacar, por exemplo, questões tais como o agravamento exponencial dos casos de violência doméstica, incluindo abuso psicológico, sexual e emocional. Com o tempo passado em confinamento, estas vítimas acabaram por ser alvos muito vulneráveis e expostos a este tipo de violência, visto ser muito mais complicado buscar ajuda neste período de distanciamento e isolamento social (Al-Jabir & et al., 2020, p.190).

Citando Fernando Diogo “o vírus não é democrático, contribui para a reprodução das desigualdades” (2020, p.194), com isto é ressaltada, uma vez mais, a inevitável conceção de uma fratura social desmedida, a partir de brechas pré-existentes

dentro do próprio social, que acabam apenas por vir a ser bonificadas com a fragilidade perpetuada pelo aparecimento e disseminação deste vírus, falar do Covid-19 é, portanto, falar de uma arma invisível.

A realidade pandémica acabou por expor de uma forma inimaginável as lacunas que já se faziam sentir, mesmo que minimamente, no cerne do contexto social, apenas comprovando a sua fragilidade, devendo por isso tornar este momento numa aprendizagem, apostando numa autêntica (trans)formação social.

O desenvolvimento destas situações vem reforçar e evidenciar a importância de refletir a necessidade da Mediação e Intervenção Social, sendo um dos grandes intuitos do desenvolvimento deste trabalho verificar a necessidade desta intervenção especializada tanto no decorrer da pandemia, como no pós-desconfinamento, refletindo, conjuntamente, a sua essencialidade enquanto mecanismo para a promoção do processo de (re)integração social e, particularmente, no que toca à “gestão e resolução dos conflitos de entendimentos, de decisão, opção, etc.” (Vieira & Vieira, 2016, p.97).

## **1.2. A Realidade Pandémica e o Social**

É urgente realçar o facto de estarmos, atualmente, a experienciar toda uma nova realidade social, uma realidade pintada com contornos diferenciados e únicos, que vêm dar uma forma muito mais profunda e distinta ao social, gerando toda uma nova forma de interação social entre pares, condicionando fortemente e inigualavelmente a forma como agimos socialmente.

Uma realidade alterada pela imposição de medidas que vieram condicionar a própria normalidade, (re)estruturando o seio social, através do desgaste equiparável promovido pela realidade pandémica.

A grande questão prevalece – “De que forma esta nova realidade pode ter afetado a máxima do bem-estar social?”. A saúde mental, as desigualdades sociais, a violência, discriminação de género, pobreza e a exclusão social acabaram por ser algumas das áreas que registaram um agravamento, uma vez que a promoção do discurso do “distanciamento social” conduziu-nos a um afastamento inequívoco para a continuidade dos trabalhos feitos para a prevenção destas mesmas questões.

É, assim, urgente uma análise profunda ao social e à forma como foi afetado pela evolução da pandemia, buscando perceber de que forma a pandemia pode ter ameaçado ou mesmo reforçado alguns dos pilares basilares do contexto social.

Muitas são as questões, as dúvidas e reticências sobre os impactos que a pandemia pode ter trazido para os mais diversos contextos e setores (sociais, culturais, económicos e mesmo de saúde). Face a tudo isto, é essencial reforçar, ainda mais, o quão fulcral é a aposta na “construção de pontes ao invés de muros”, devendo lembrar-se, também, a importância de aprofundar a aposta no empoderamento individual, como mecanismo para o (re)empoderamento social (num todo), não podendo esquecer que para tal há que primar por intervenções que valorizem estes aspetos, assim como as questões das identidades pessoais.

As identidades pessoais, nunca estão permanentemente definidas, são mutáveis e complexas, não podendo em nenhum momento serem admitidas enquanto dimensões estáticas, estando em constante metamorfose – as identidades são, portanto, uma “constante reestruturação para um novo todo” (Vieira, 1999). Como estas, também o social, constitui um contexto mutável e complexo por si próprio, encontrando-se em constante transformação e reestruturação, de forma a acompanhar não só as evoluções identitárias de cada um, como para acompanhar a própria evolução das diferentes sociedades e gerações que a vêm compor.

Torremorell (2008) retrata estas mesmas questões da mudança social e do social em constante mutação, apresentando, de forma explícita, os conflitos como sendo algo frequente e que sempre existiram, sendo, por isso, importante ressaltar o papel da mediação para o estabelecimento do respeito mútuo e entre as partes e como um mecanismo de extrema importância para alcançar a máxima da coesão e do bem-estar social.

Os laços sociais são outra questão a ter em conta, uma vez que a sua força influencia o próprio capital social:

“o capital social possui fontes inesgotáveis desde que sejam utilizadas, mas podem diminuir e se tornarem escassas se não forem utilizadas. Esses autores defendem que o capital social reside nas relações, não sendo propriedade exclusiva de indivíduos. Por esse motivo, o desenvolvimento do capital social é afetado significativamente por

fatores que estruturam a evolução das relações sociais.” (Sarate & Macke, 2007, citado por Tondolo & Augustin, 2012, p.5).

### **1.3. Mediação: A Importância da Mediação Intercultural**

Tendo em consideração a multiplicidade de questões sociais que tem vindo a emergir recentemente, é urgente repensar e reorganizar o social, e o modo como este se encontra delineado. A mediação pode ser um agente promotor a uma maior adequabilidade de resposta nestes casos, agindo como um instrumento conector e não desagregador.

Falamos de mediação é falamos “da presença do terceiro termo” uma posição consagrada de natureza implicitamente imparcial, que seja capaz de ir para além da própria prevenção, assumindo-se enquanto um mecanismo promotor e construtor de “espaços de (com)vivência” (Vieira & Vieira, 2016, p.65).

Pensando a Mediação Intercultural em conformidade com a Pedagogia Social, falamos de um mecanismo impulsionador para

“a comunicação, para fomentar a coesão social e promover a autonomia e inserção social das minorias e dos mais fragilizados” assumindo, assim, que “(...) o mediador não pode tomar a parte da cultura hegemónica sob pena de estar a desenvolver um assistencialismo e de ajuda humanitária.” (Vieira & Vieira, 2016, p.67).

Destaque-se, assim, que a mediação intercultural é imprescindível nesta medida, uma vez que esta passa por ser uma intervenção estratégica numa sociedade plural e coesa, cuja utilização origina e reconduz ao bem-estar social, à justiça e à inclusão social (Vieira & Vieira, 2016).

Há a realçar o facto do trabalho social ser um campo que já sofreu inúmeras e variáveis transformações, sendo na verdade caracterizado pelas suas múltiplas e distintas metamorfoses, até ao que conhecemos hoje da intervenção social (destas inúmeras transformações na sua aplicabilidade e ação de intervenção, também podemos entender a complexidade assente no seu teor) (Vieira & Vieira, 2016).

Apesar de muitas vezes ser observável um retrato da intervenção social enquanto um tipo de intervenção-ação imprescindível, somente, para a normalização/adequação e recuperação dos indivíduos junto dos quais intervém, a verdade é que a complexidade do trabalho social vai muito para além disso, sendo uma intervenção demarcada pela vertente normativa que a vem definir, bem como é urgente assumir o trabalho social como um mecanismo de grande importância para “trabalhar com e para o indivíduo”, não devendo delinear-lo enquanto um instrumento de intervenção, meramente e simploriamente, assistencialista, quando este tem como máxima o enfoque no indivíduo (enquanto agente principal na sua história) e no trabalhar dos seus projetos de vida (Vieira & Vieira, 2016).

Também os processos de categorização, tanto das profissões como dos profissionais, da intervenção social são em muito complexas, sendo necessário evidenciar a forma que é observável e perceptível uma certa organização hierárquica estrutural destes profissionais.

É possível definir-se a existência de intervenientes/profissionais de “primeira linha” e “segunda linha”, bem como a “multiplicação de especializações temáticas”, que acabam por vir colmatar no acentuar das diferenciações e exponencial aumento na preferência, muitas das vezes, pela especialização ao invés da polivalência ou mesmo pela capacidade do discurso técnico ao invés da valorização das competências relacionais (é persistente uma ideia de “descrédito” em relação a estas) (Vieira & Vieira, 2016).

Esta dimensão de imensa complexidade, também se deve à constante análise/avaliação de “qual seria o lugar ocupado pelos trabalhadores-intervenientes sociais na articulação do que é da sociedade e do que é subjetivo” (Vieira & Vieira, 2016). É urgente olhar de forma holística para os trabalhadores-intervenientes, encarando-os enquanto verdadeiros agentes promotores ao estabelecimento do bem-estar social e da vida em comunidade, bem como agentes capacitados para o fortalecimento dos laços sociais dentro das sociedades (Vieira & Vieira, 2016).

De entre os diversos tipos de mediação, importa ressaltar o facto de a mediação intercultural ser a que “mais investe na prevenção, transformação, educação e reabilitação” (Vieira & Vieira, 2017, p.44). A mediação intercultural é promotora à construção de pontes ao invés de muros, sendo uma verdadeira “estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais” (Vieira & Vieira, 2017, p.45).

Reforce-se, também, que

“Falar de mediação intercultural é admitir que terá de haver transformações das partes envolvidas, em termos de atitudes, comportamentos, representações e ações, por forma a se encontrarem plataformas de entendimento que não são pontos aritméticos fixos, mas, antes, terceiros lugares móveis, consoante as temáticas e acordos em discussão. Mas este processo não é linear e nem sempre tem finais de história felizes, tal como nos filmes românticos. Os choques de cultura e os choques interpessoais, que não deixam de ser, também, choques culturais, estão sempre eminentes como hipótese presente e futura. Por isso é importante refletir sobre os choques de cultura realizados, diferentemente, consoante os indivíduos que interagem, cada um com a sua história de vida, daí resultando ora processos de interação de forma mais dialogante, intercultural, mediadora, criadora e transformadora, ou, pelo contrário, mais acentuadores e vincula- dores de fronteiras pessoais e sociais que se transformam em etnoculturais e, por isso mais monoculturais (Barth, 2004).” (Vieira & Vieira, 2017, p.50).

Para Carlos Giménez (2001) falar de mediação intercultural, é falar de uma mediação em geral,

“a sua especificidade tem a ver com o facto de se interessar pelo processo mediador, para além do conflito, e pela aplicação dos modelos gerais da mediação a contextos de acentuada multiculturalidade” (citado por Vieira & Vieira, 2017, p.52).

As funções atribuídas ao mediador social são muito vastas, devendo considerar que estas “vão muito para além do conceito de arbitragem em contextos de acentuada multiculturalidade e da resolução dos seus conflitos.” (Vieira, R. et al., 2017, p.123).

“A mediação intercultural pressupõe um avanço na desejada coesão social. Inclui os diferentes participantes no conflito, promove a capacidade de compreensão e fomenta a reconstrução identitária (Vieira, 2009), aceitando as diferentes versões da realidade, defende a pluralidade e contribui para a participação democrática, visto que fomenta

a livre tomada de decisões e compromissos. Mas este processo não é automático.” (Vieira, R et al., 2017, p.123).

No mesmo sentido, Torremorel (2021) considera a mediação como

“um método alternativo de resolução de conflitos em que uma terceira pessoa neutra ajuda duas partes opostas a negociar um acordo de ganho mútuo”. Defende, ainda, que “o papel do mediador é colocar-se a serviço daqueles que vivem um conflito, estando disponível para ajudá-los a organizar suas ideias, esclarecer seus sentimentos e explorar conjuntamente suas opções no momento de tirar proveito da situação. Para isso, o mediador deve evitar deixar-se levar ou influenciar pelo que cada parte diz ou faz e concentrar a atenção no que realmente está em jogo.” (citado em Silva, 2021, p.28).

Jean-Pierre Bonafé-Schmitt (1992), considera que a mediação vai para além de um mero mecanismo para a gestão conflitual, atuando, também, enquanto um agente para a regularização social.

Entende-se, assim, a mediação enquanto um mecanismo complexo, com a capacidade de promover a justiça social, bem como de orientar e regulamentar a sociedade, através da de estratégias como o diálogo, a interpartilha e o respeito mútuo.

Podemos realçar aqui o papel da Mediação enquanto um mecanismo fulcral para a (trans)formação dos próprios sistemas, bem como o seu papel enquanto promotor de um pensamento “mais plural, mais mestiço e menos monolítico e autocentrado”, lembre-se Paulo Freire (1998, p.108) e uma das suas célebres frases “*a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades*”. Dado isto, importa apostar na construção de pontes ao invés da edificação de muros, algo que só é possível através de uma intervenção-ação mediadora (Vieira, R et al., 2017).

“A Mediação Intercultural faz-se, cada vez mais, de uma forma concertada, em rede com todos os parceiros sociais e em territórios concretos. E os municípios são, por excelência, a instituição mediadora entre o poder local e o poder central.” (Vieira, R. et al., 2018, p.127).

A intervenção social mediadora em relação à atuação comunitária, traduz-se numa intervenção pensada para

“trabalhar em rede, com um município + um território + uma população heterogénea, em busca da convivência e da inclusão social onde a transformação é para todos e não apenas para quem chega ou é minoria étnica e/ou demográfica.” (Vieira, R. et al., 2018, p.128).

As políticas sociais municipais apresentam-se introduzidas na mediação intercultural. A mediação traduz-se por ser

“Uma filosofia de convivência de todas as diversidades, assim como ferramentas para podermos viver juntos, o que implica termos de ser todos flexíveis identitariamente (Vieira, R., Margarido e Marques, 2013), não podendo haver lugar a fundamentalismos culturais. A consequente flexibilidade e a necessária (trans)formação (Vieira, A. e Vieira, R., 2016) tem de ser, não só bilateral, mas, também, Multilateral. De contrário estaremos sempre perante fundamentalismos, monoculturalismos e a defesa acérrima de fronteiras em vez da construção de pontes para o diálogo com o(s) outro(s) (Caride, 2016; Vieira, A. e Vieira, R., 2016).” (Vieira, R. et al., 2018, p.129-130).

Em síntese,

“a mediação comunitária e intercultural é eminentemente um processo na e para a construção de Comunidades, que visa numa perspetiva da ética da hospitalidade [# tolerância], a inclusão [# integração] de todos os Indivíduos num Todo [não apenas em partes] que constitui a realidade social de um Território, seja ele local, (inter)regional ou (trans)nacional, pressupondo «um avanço na desejada coesão social, [na busca por] terceiros lugares de entendimento entre posições às vezes extremadas [...] mas que são já relações de discórdia e de alguma tensão social» (Vieira, R., Vieira, A., 2016, citado em Vieira, R et al., 2018, p.169).

#### 1.4. Realidade do Contexto Autárquico - Identificação e Caracterização da Câmara Municipal de Alcanena

*“Alcanena ergueu a voz  
De um querer coletivo  
Emancipou-se, ganhou asas  
E torrentes de audácia  
Das que o vento não tomba.  
O corpo do belo edifício  
Emoldurou a Praça  
E estende-se céu acima.  
A dignidade paira no ar  
E descendo em cascata  
Poisa nos telhados, no lago*

*Nos bancos de jardim  
E no sorriso de cada um...  
Aqui se rasgam destinos  
Com a arte de quem  
Sabe levedar os sonhos  
Que hão-de encher as ruas  
Todas as ruas  
Porque não tem fronteiras  
A geografia da palavra igualdade.”*

*(Bento, Zulmira, 2021)*



Figura 1) Aguarela dos Paços do Concelho (Bento, Zulmira, 2021)

Primeiro, há que definir a essência de uma Câmara Municipal e de como este órgão é um mecanismo fulcral para o funcionamento adequado do poder local, bem como para a coesão e sustentabilidade de todos os seus municípios.

Esta acaba por ser um dos órgãos do próprio município (órgão representativo do município), isto de acordo com disposto nos artigos 250.º a 252.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), assumindo à Câmara Municipal as funções de órgão executivo colegial de cada município (artigo 252º da CRP).

Tendo em consideração o próprio dicionário, definimos uma Câmara Municipal por ser- “1. assembleia de legisladores eleitos pelo povo” e “2. edifício onde se realizam as sessões de assembleia”. A uma Câmara Municipal acaba por se incumbir diversos e distintos propósitos, devendo destacar, desde logo, três tipos distintos de funções a si associadas – legislativas; fiscalizadoras e administrativas<sup>2</sup>.

- **Funções Legislativas:** que consistem na elaboração das leis sobre matérias de competência exclusiva do Município;
- **Funções Fiscalizadoras:** que permitem o exercício e controlo da Administração local;
- **Funções Administrativas:** que permitem a organização dos seus inúmeros serviços.

O objeto de estudo desta dissertação vai ser, concretamente, a Câmara Municipal de Alcanena, sendo importante definirmos os pontos característicos desta, de forma a compreendermos todo o estudo que pretende ser desenhado com esta dissertação.

O concelho de Alcanena foi fundado no dia 8 de maio de 1914, Alcanena após “a implantação da República (...) mostrou saber tirar proveito do momento histórico, guiada pelo forte desejo de emancipação do Concelho de Torres Novas” (Bento, 2021, p.41), apesar de já anteriormente se assumir, de certo modo, como uma vila independente

---

<sup>2</sup> Dados baseados no Documento PEEMA – Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcanena – disponibilizado pela assistente social e orientadora de estágio curricular de licenciatura – Dr<sup>a</sup>. Isabel.

e autónoma, devido, essencialmente, às atividades de cariz económico decorrentes no concelho, impulsionadas pela importância da indústria de curtumes.<sup>3</sup>

No seio desta instituição encontram-se os mais variados serviços e campos de intervenção, como a cultura, a educação, a habitação e urbanização, a ação social, os tempos livres, o desporto, transportes, ambiente, comunicações abastecimento público, entre muitos outros.

A Câmara Municipal de Alcanena, apresenta inúmeras potencialidades e poucas necessidades. Uma das maiores necessidades inerentes à Câmara está associada à grande dependência de apoios financeiros e recursos externos para a realização de certos e determinados projetos que lhe possam ser necessários e imprescindíveis ao seu desenvolvimento quer social, quer cultural, quer económico.<sup>4</sup>

Quanto às suas potencialidades devemos de entender a sua vastidão, encarando enquanto uma das mais importantes o envolvimento com a comunidade que por ela é abrangida.

A Câmara Municipal acaba por ser uma entidade reguladora, da própria, comunidade, residindo neste aspeto o seu maior potencial. A capacidade para explorar a comunidade e todas as suas mais-valias acaba por ser um fator extremamente enriquecedor, podendo ser trabalhado e através dele ser possibilitada a promoção de uma comunidade intercultural e inter-relacional, assente em estratégias promovidas pela própria mediação social.<sup>5</sup>

A Câmara Municipal de Alcanena (CMA) localiza-se na Praça 8 de Maio no concelho Alcanena.

O concelho de Alcanena<sup>6</sup> é demarcado por assentar a sua região em duas diferentes vertentes: a Serra (Serra D’Aire e Candeeiros) e o Bairro. Este compreende-se, mais especificamente, num comprimento de área de 127, 3 km<sup>2</sup>. Para além de ser um concelho

---

<sup>3</sup> Dados baseados no Documento PEEMA – Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcanena – disponibilizado pela assistente social e orientadora de estágio curricular de licenciatura – Dr<sup>a</sup>. Isabel.

<sup>4</sup> Informação obtida através da supervisora de estágio curricular de licenciatura – Dr<sup>a</sup> Sandra Mendonça.

<sup>5</sup> Devido à não disponibilização/existência de uma análise SWOT por parte da Câmara Municipal de Alcanena, baseando-me nas conversas informais com a Assistente Social, assim como na análise de documentos que foram disponibilizados, foi possível alcançar as potencialidades e necessidades acima apontadas.

<sup>6</sup> Consultar o Anexo I, o Anexo II e o Anexo III.

rodeado pela ostentação paisagística que o designa e caracteriza é, também, apresentado por nele encaixar-se a bacia hidrográfica do Rio Alviela.<sup>7</sup>

Como previamente foi evidenciado no ponto acerca da identificação da instituição, Alcanena é uma zona muito reconhecida pelas suas atividades de grande enfoque nos setores industriais e de curtumes, assumida, desde muito cedo, como a sua principal fonte de financiamento e desenvolvimento económico.

A Vila de Alcanena, denominada de capital da pele, localiza-se no distrito de Santarém, contando com 7 freguesias distintas na sua composição (5 freguesias e 2 uniões de freguesias) contando com cerca de 13.738 habitantes no seu seio<sup>8</sup>. Este afirma-se enquanto um concelho de imensa grandiosidade paisagística, admitindo solos férteis e importantes recursos hidráulicos, que vem integrar e enriquecer a sua composição.

Seguindo-se de Minde (uma das freguesias que compõe este concelho) pelo grande destaque que suporta na indústria têxtil, com particular destaque e enfoque nas mantas mindericas, que acabam por ser entendidas como verdadeiras peças e “marcas culturais” sem precedentes (zona esta, simultaneamente, reconhecida pelo seu papel cultural único, fortemente reconhecido devido ao calão minderico e ao grande destaque que apresenta no campo das artes – como é exemplo a música (jazz)).

De acordo com diversos historiadores, a Vila de Alcanena surgiu aquando das ocupações árabes na Península Ibérica, acabando, somente, por ter o seu maior desenvolvimento – industrial (neste caso) – a partir de meados do séc. XIX, devido, essencialmente, à indústria de curtumes, que até aos dias de hoje denota-se pela sua grande influência na vida económica e cultural da vila em si. É, ainda, de referir e exaltar Alcanena no campo do artesanato, destacando-se os seus produtos em pele, bonecos e trapos, retalhos, entre muitos outros.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Dados baseados no Documento PEEMA – Plano Estratégico Educativo Municipal de Alcanena – disponibilizado pela assistente social e orientadora de estágio curricular de licenciatura – Dr<sup>a</sup>. Isabel.

<sup>8</sup> Consultar Anexo IV e Anexo V.

<sup>9</sup> Dados baseados no Documento Alcanena 2025 – Plano Estratégico de Desenvolvimento.

## 1.5. Realidades dos Contornos Sociais Pré-Existentes na CMA

A Câmara detém diferentes e diversos apoios e valências, as valências de maior destaque dentro da Câmara Municipal de Alcanena são: os serviços de urbanismo; os serviços de ambiente, saneamento e jardins; serviços da cultura; serviços de desporto; serviços de educação; serviços de biblioteca; gabinete técnico florestal e divisão de desenvolvimento humano e social.

A Divisão de Desenvolvimento Humano e Social tem, presentemente, no seu seio inúmeros serviços distintos, desde:

- ✓ o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; o Gabinete Inserção Profissional – GIP;
- ✓ o Gabinete para a Igualdade e Cidadania – GIC; a Área de Apoio à Vítima / Equipa Municipal de Intervenção na Violência de Alcanena (EMIVA);
- ✓ o Atendimento Social; o Banco Local de Voluntariado;
- ✓ o Apoio Extraordinário a Estudantes do Ensino Superior;
- ✓ a Habitação Social; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena;
- ✓ a População Sénior;
- ✓ a Rede Social<sup>10</sup>;
- ✓ a Teleassistência Domiciliária<sup>11</sup>;
- ✓ o CLAS.<sup>12</sup>

Trata-se de uma divisão bastante ativa e que pretende incentivar à interpartilha e intercooperação comunitária, zelando por uma inclusão total dos seus munícipes em diversas ambivalências, sendo neste tópico destacadas as de índole social.

Dos projetos em vigência podem destacar-se os seguintes:

---

<sup>10</sup> Consultar Anexo VI.

<sup>11</sup> Consultar Anexo VII.

<sup>12</sup> Consultar Anexo VIII (Plano de Contingência do CLAS) e os Anexos IX, X e XI (projetos de índole solidária).

- A reabilitação do serviço do balcão da inclusão;
- O apoio do cabaz “Bebé Feliz” (apoio à natalidade) – de cariz anual;
- O projeto “Infância Feliz” (é atribuído trimestralmente a famílias carenciadas, com filhos até aos 3 anos de idade, este pretende a entrega de bens considerados enquanto essenciais e indispensáveis ao desenvolvimento da criança);
- Apoios para o movimento do associativismo local;
- O plano de desenvolvimento social (mecanismo para o planeamento da rede social);
- O plano estratégico de desenvolvimento – Alcanena 2025;
- O projeto PEEMA (projeto de promoção e valorização escolar);
- Projeto “Seniores Ativos” (através de aulas de ginástica e hidroginástica);
- A organização de caminhadas pelo concelho (sob forma de incentivar um maior conhecimento das zonas abrangidas pelo próprio município);
- A atribuição de apoios extraordinários aos estudantes do ensino superior (anual);
- O programa ABEM (rede solidária de medicamentos);
- Cabaz Sénior Feliz (apoio atribuído trimestralmente, mediante uma avaliação social);
- Os Jogos Florais (projeto desenvolvido anualmente – tanto de cariz social como cultural);
- Encontros Nacionais de Colecionadores (ocorre anualmente);
- Festivais Gastronómicos da Cachola e da Morcela (ocorre anualmente);
- Tradicional Sardinhada (ocorre anualmente) – interrompida devido à pandemia;
- O projeto dos jovens ativos e o orçamento participativo jovem (pretende um maior envolvimento dos jovens em problemáticas de diversas áreas – ambiente, apoio a pessoas idosas, cidadania, saúde, proteção civil, cultura/património, etc.) – ocorrem anualmente.

## **1.6. Desafios do Contexto Social durante o Período Pandémico e Pós-Pandémico na CMA**

A Divisão de Desenvolvimento Humano e Social da CMA, é um órgão fundamental para o pleno funcionamento da intervenção social no município. No entanto, há que considerar que as condicionantes originadas pela pandemia, trouxeram certas limitações à forma de atuação deste, como de outros, departamento, restringindo a forma como o mesmo se instrumentalizava.

A pandemia teve inúmeros e diversos impactos, acreditando-se que “os impactos económicos, políticos, ambientais e socioemocionais da pandemia de COVID-19 devem se estender por muito tempo” (Gehre & Reis, 2020).

No estudo de caso desenvolvido por estes autores no Brasil (“Transformação Social em Tempos de Crise: conectando passado, presente e futuro no enfrentamento à Covid-19”) são abordadas estas questões levantadas por tamanha crise de saúde global, analisando-se de que forma esta crise poderá, efetivamente, contribuir para uma mutação total do social como o conhecemos, delineando uma análise minuciosa do seu impacto em três tempos distintos “mapeando-os” – passado, presente e futuro (Gehre, T. & Reis, 2020).

Através deste estudo de caso os autores puderam concluir que é verificável uma tendência para o aumento das vulnerabilidades populacionais pré-existentes com o surgimento da pandemia, acentuando-as gravemente e afetando questões como a própria sustentabilidade, bem-estar e justiça sociais. Chegando estes dois autores a admitir, uma resposta que se baseie na criação de transformações sociais capazes de olhar para o passado, agindo em conformidade com o presente e pensando e preparando-se para a sua atuação futura.

Um outro grande desafio que pode ser evidenciado é relativo a uma questão abordada por Lima (2020), professor do Departamento de Sociologia da UFSCar e atual presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, que descreve a pandemia como uma “tempestade” acumulativa, que acabou por cooperar em direção a uma “guerra cultural”.

Ribeiro (2020), retrata a pandemia enquanto responsável por originar uma “nova classe”, uma classe de “medo global”. Dado o facto de vivermos cada vez mais numa “aldeia global”, os medos e receios também vão ser alvos fáceis de uma globalização por

si mesmos, tendendo a ter impactos mais acentuados, passando, assim, por um processo de intensificação e complexificação dos medos e receios.

Este autor evidencia três importantes lições que devem ser retiradas desta crise global, nomeadamente: a importância da “interdependência da vida social humana”; a necessidade emergente de apostar no “fortalecimento da saúde e da educação públicas” e a inegável existência de um “vínculo entre pandemias e destruição ambiental”, que precisa de se ter em atenção (Ribeiro, 2020).

Importa ressaltar o facto de que foram, inegavelmente, erguidas barreiras com o despontar desta pandemia, barreiras invisíveis dotadas de um poder bem real, barreiras que se denotaram, desde logo, com a massificação de expressões tais como “distanciamento social” e que podem estar na origem destes novos desafios relacionados com a pandemia.

## **Capítulo II – Apresentação e Discussão de Resultados**

### **2. Investigação a Desenvolver**

Os objetivos e especificações desta pesquisa incidem numa análise qualitativa. Esta pesquisa tem como objetivo principal um primeiro contato com esta temática, visto não ter sido possível identificar na literatura revista, investigações com contornos semelhantes à realizada.

Com esta pesquisa pretende-se entender de que formas os contextos sociais vieram moldar-se ou mesmo remoldar-se, às questões suscitadas pela própria conjuntura pandémica, dentro do contexto autárquico. Pretendendo analisar se esta conjuntura veio contribuir de forma positiva, negativa ou mesmo ambivalente, procurando entender as potencialidades e suscetibilidades originadas por esta nova realidade social.

Tentar-se-á, também, compreender de que forma a autarquia, em específico a CMA, veio consolidar os seus mecanismos de intervenção social, orientando-os e adaptando-os a novos contextos que possam ter surgido ao longo da conjuntura pandémica.

O objetivo geral desta investigação acaba por ser a compreensão do papel da mediação social em contexto autárquico num período de risco global. Já os objetivos específicos, da mesma, passam por ser: compreender o funcionamento da dinâmica social e cultural de uma autarquia durante o período pandémico; conhecer os tipos de desafios ultrapassados pelos profissionais, bem como as estratégias utilizadas pelos mesmos durante a pandemia; analisar as estratégias de trabalho em rede/multifacetado promovidas e avaliar a importância da mediação social em contexto autárquico.

#### **2.1. Tipo de Pesquisa e Método**

Primeiro há que evidenciar o papel das metodologias enquanto instrumento essencial para o entendimento da realidade através dos olhos dos investigadores, não se esquecendo, no entanto, o cariz complexo e plural que lhe cabe.

Tendo em conta o trabalho a ser desenvolvido, bem como as especificações do próprio estudo de caso, a pesquisa qualitativa acabou por ser particularmente adequada na prossecução dos objetivos propostos.

A abordagem metodológica seguida neste trabalho assentou num paradigma interpretativo compreensivo/fenomenológico, entendido por ser, fundamentalmente, uma metodologia descritiva e qualitativa. Este paradigma caracteriza-se por explorar o entendimento dos fatos na perspetiva dos atores (admitindo, por sua vez, uma perspetiva emética). As metodologias qualitativas possibilitam perceber determinadas representações sociais ou/e mesmo desvendar a forma como os entrevistados pensam (Alves, et al., 2021, p.25).

Esteves (2008, p.103) reforça que a investigação qualitativa admite-se como sendo

“interativa, concebida através de um processo contínuo de significados. Estes surgem através da arrumação de indicadores, que se destacam nas observações e que têm ligação com o problema”.

Poupart (1997 citado em Guerra, p.10) admite diversas vantagens ao recurso das metodologias compreensivas, nomeadamente

“de ordem epistemológica, na medida em que os atores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica, como instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido de ação.”.

Como instrumentos de recolha de dados, recorreu-se, em linha com o paradigma adotado as entrevistas semiestruturadas. A escolha das entrevistas semiestruturadas deveu-se, essencialmente, ao facto de

“(…) o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador”, devemos realçar também que esta técnica vem proporcionar “(…) a representação dos agentes sobre o seu trabalho e, dessa forma, constituem-se sempre em uma aproximação do concreto vivido.” (Lima et al., 1999, p.133).

Deste modo, a entrevista permite o acesso à experiência dos entrevistados e à sua perspectiva sobre determinadas situações, e a aquisição de um conjunto de dados aprofundados sobre estas experiências expetativas. Como referem Marques e colaboradores (2016),

“A riqueza dos dados obtidos através da entrevista (...) torna-a no instrumento de observação privilegiado de investigações compreensivas, que se pautam por um contexto de descoberta” (p. 145).

A escolha das entrevistas semiestruturadas, deveu-se ao facto de

“questões do tipo aberta viabilizarem um modo de expressão de resposta mais livre, extensiva e expressiva sobre determinada situação ou assunto” (Thayer-Hart et al., 2010, citado em Alves, A. et al., 2021, p.32).

De acordo com Alves (2021, p.34) as entrevistas semiestruturadas acabam por apresentar uma “estrutura “invisível” dado que se assemelham a uma conversa, sem que o fluxo de suas intervenções seja interrompido”.

Há que considerar, ainda, o facto de a entrevista não permitir

“o acesso direto a domínios de práticas, experiências e/ou interações” não prevendo “tais domínios, nunca os tocando na sua realidade objetiva, mas nas realidades subjetivas e discursivas que os medeia” (Ferreira, 2014 citado em Alves, A. et al., 2021, p.25).

De forma a surtir os resultados desejados com o recurso à técnica da entrevista, é imprescindível determinar e elaborar instrumentos para a recolha de dados, tal como é exemplo o guião de entrevistas. O guião de entrevistas é um instrumento essencial, no qual se apresentam estabelecidos tanto os objetivos como a natureza dos assuntos que se pretendem ver tratados e respondidos com a sua aplicação (Alves, A. et al., 2021, p.26).

Nesta investigação procurou-se que as questões incluídas no guião fossem “verdadeiramente abertas, permitido que o entrevistado exprima o seu ponto de vista nos seus próprios termos” (Marques, et al., 2016, pag. 145).

## **2.2. Fontes de informação e estratégia de pesquisa**

Importa entender qual o real contexto do que foi previamente apresentado, após uma discussão sobre o quadro teórico delineado ao longo desta dissertação, perante isto foram determinadas enquanto estratégias para a recolha de dados e pesquisa as entrevistas individuais semiestruturadas.

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo específico a análise e compreensão das alterações, bem como possíveis (re)adaptações do departamento social da CMA durante o contexto pandémico. O tempo médio de cada entrevistas foi entre os 10 a 15 minutos. Como o público-alvo central desta investigação foi o departamento social da CMA, os entrevistados foram selecionados entre os funcionários deste departamento. O guião de entrevista<sup>13</sup> foi elaborado de forma a recolher informação necessária à satisfação dos objetivos da investigação, estando estruturado em torno de quatro grandes tópicos:

O primeiro tópico aborda a temática do município e da pandemia. Este tópico tem como objetivos principais: perceber os impactos da pandemia e conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.

No segundo tópico é abordada a perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia. O objetivo principal deste ponto é entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.

O terceiro tópico vem abordar as estratégias de atuação presentes na ação social, admitindo como objetivo principal a perceção dos diversos tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus munícipes, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.

O último e quarto tópico, vem incidir sobre a pandemia em relação com o planeamento municipal, tendo como objetivo principal entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.

---

<sup>13</sup> Consultar o guião de entrevista no Anexo XV.

### **2.3. Análise de Dados**

Após a realização das entrevistas semiestruturadas, procedeu-se à transcrição das mesmas, bem como à sua inserção na tabela de análise criada para o efeito, de forma a facilitar a organização e apresentação dos resultados obtidos.<sup>14</sup>

A categorização das entrevistas e a sua análise teve por base os tópicos das entrevistas previstos no guião de entrevista.

## **3. Discussão**

Neste tópico, pretende-se compreender, através da análise das entrevistas semiestruturadas, de que forma a mediação social se manifestou no seio autárquico do município de Alcanena, como um instrumento/mecanismo capaz de dar resposta a novas realidades e contornos sociais.

### **3.1. O Município e a Pandemia**

Numa primeira fase importa compreender como a ação do município foi afetada pela pandemia, passando por entender quais foram os impactos trazidos pela mesma, bem como perceber a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.

Com as entrevistas foi possível perceber que o município de Alcanena, como tantos outros municípios, acabou por ser significativamente atingido pelos efeitos da pandemia, a diversos níveis, com destaque para aquele que pretendemos evidenciar nesta dissertação – o social.

De acordo com a Entrevistada nº1 “Os impactos, obviamente, foram grandes, em especial ao nível institucional, bem como ao nível comunitário”.

---

<sup>14</sup> Consultar as entrevistas semiestruturadas no Anexo XVI.

Esta ideia é reforçada pela Entrevistada nº3, a CMA

“Foi muito afetada, foi afetada a vários níveis, desde logo pela relação com os munícipes, com as alterações que isso provocou no atendimento, nos constrangimentos do acesso do público, às instalações, aos serviços, por um lado, mas também por outro, pelo acréscimo de serviço, sobretudo na área social, proteção civil, tudo aquilo que são os serviços de apoio às populações mais vulneráveis, e aí teve um grande impacto na dinâmica e em todo o trabalho do município.”

A Entrevistada nº2 vem também reafirmar a ação do município expondo que

“o serviço da ação social funcionou sempre como forma de retaguarda e de apoio aos cidadãos, aos munícipes a quem mais precisava e também solicitava os nossos serviços”.

De acordo com os entrevistados foi possível perceber que apesar da “novidade” embutida nesta nova realidade social, a ação da área social apesar de ter de se readaptar às novas exigências que vinham ser suscitadas, foi sempre um ponto de salvaguarda para os munícipes, atuando sempre em conformidade, de uma forma coesa e tendente a apoiar os que mais eram afetados pela situação pandémica.

A este respeito a Entrevistada nº1 refere, ainda, que

“A nível social os técnicos estiveram sempre disponíveis e a trabalhar, tanto no apoio a retaguarda das próprias instituições, em especial às instituições responsáveis pela pessoa idosa, uma vez que esta era das populações destacadas como as mais vulneráveis face à situação pandémica. A ação social tentou sempre corresponder, de apoiar e estar ao lado de todas estas instituições existentes no município. O CLAS reunia semanalmente, com a segurança social, com os parceiros no terreno, de forma a implementar medidas para que pudessem colmatar as necessidades das instituições e as próprias necessidades comunitárias”.

Num momento pautado por inúmeros receios e incertezas, o município acabou por conseguir (re)estruturar-se e (re)adaptar-se às exigências impostas pela realidade pandémica, comprovando que as intervenções sociais não podem ser reduzidas a uma

dimensão de última instância, sendo na verdade uma intervenção preparada para ser utilizada tanto para prevenção como para mediação.

A ação do município desenvolveu-se, também, através da divulgação de informação aos munícipes e no trabalho de conjugação das diferentes entidades envolvidas. Como lembra a Entrevistada nº5

“O Município teve um papel preponderante na divulgação da formação sobre as matérias do Covid19, bem como na articulação entre todos os parceiros locais, regionais e nacionais, de forma a garantir a implementação das medidas de contingência, conseguindo prevenir as situações de contágio no concelho de Alcanena.”.

De realçar que toda esta atividade da CMA foi desenvolvida num contexto em que as condições de resposta e os mecanismos de contato com as populações se encontravam limitadas. Como menciona a Entrevistada nº6, o contato com as populações foi fortemente afetado pelo contexto pandémico, uma vez que

“(…) não foi possível efetuarmos atendimentos, tivemos que arranjar alternativas porque o serviço esteve condicionado devido às normas impostas pelo Plano de Contingência. Tivemos de nos readaptar a este novo contexto e, conseqüentemente, readaptar a nossa intervenção-ação.”.

### **3.2. Perspetiva Municipal quanto à sua Atuação durante a Pandemia**

Numa segunda fase importa perceber quais as medidas desenvolvidas pela instituição, de forma a dar resposta a novas realidades derivadas do contexto pandémico. O principal objetivo deste ponto é entender a perspetiva autárquica, sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.

Desde logo, é ressaltado o facto de terem sido adotadas múltiplas estratégias e mecanismos para o auxílio na gestão desta nova realidade, assim como foi fulcral assegurar uma articulação entre os mesmos, de forma a assegurar o seu correto

funcionamento e aplicabilidade. Uma das entrevistadas (Entrevistada nº1) realça a este respeito que foram

“desenvolvidas medidas de articulação com a saúde pública, medidas restritivas face ao covid, mas também medidas de apoio social, tais como são exemplo o cabaz solidário, com os projetos de apoio à infância, apoio aos idosos, íamos levar os medicamentos a casa, alimentação, tanto às crianças como às próprias famílias mais carenciadas, o apoio às questões da violência doméstica”.

De forma a dar resposta aos atendimentos e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos envolvidos, foram adotadas algumas medidas que, de acordo com a Entrevistada nº2, consistiram em:

“medidas de proteção individual, no caso, quando tínhamos de estar em proximidade com os utentes e na prestação dos serviços. O agendamento prévio, portanto, para alguns atendimentos. No meu caso, no caso concreto do Gabinete de Inserção Profissional, o qual sempre esteve a funcionar e dinamizo com o agendamento prévio, com o reforço de um atendimento à distância através do e-mail de telefone ou reforço, uma vez mais, no tal agendamento prévio com todas as medidas do plano de contingência para nos protegermos a nós colaboradores e também aos nossos utentes. Contudo, o serviço continua sempre a trabalhar, a funcionar e a prestar o melhor serviço às pessoas.”

Para a Entrevistada nº3 são de destacar

“os serviços de proximidade às pessoas, implementámos um plano de emergência social que tinha várias dimensões em que incluía as dimensões dos nossos parceiros, tudo aquilo que os nossos parceiros fizeram, as medidas implementadas, as medidas de contingência, mas também as nossas próprias medidas diretamente do município. Os serviços de proximidade, desenvolvemos um sistema de pedido de apoio para a aquisição de bens de primeira necessidade das pessoas, para as pessoas que não podiam sair de casa ou para aquelas que estavam infetadas e não tinham quem lhes fizesse esses serviços ou para aquelas que não tinham família de retaguarda.”

É valorizada, aqui, uma ideia da importância da Pedagogia da Proximidade Humana, que encara a valorização dos laços em comunidade, pela inclusão social, para a promoção de uma mediação intercultural, acabando por ser possível uma gestão de situações de risco ou mesmo de conflito, através de uma adequação (não linear) das respostas da ação social.

Ainda ao nível das ações que envolviam uma maior proximidade com os municípios, a Entrevistada nº3 acrescenta que

“Foram, ainda, implementadas muitas medidas, um plano muito extenso, com apoios diretos em bens materiais, em alimentos. Desencadeámos fornecimento de refeições aos próprios alunos que estavam em casa. Não foram sentidos grandes entraves nas nossas ações, uma vez que nós já tínhamos uma boa coordenação, uma boa organização com os parceiros sociais, acho que tudo isto acabou por ser facilitado, também, pelo facto de nós termos reuniões do Conselho Local de Ação Social todas as semanas. Isso acabou por nos envolver muito, nós nunca parámos. Embora tivéssemos as portas fechadas, estivemos sempre a trabalhar, asseguramos os atendimentos à distância”.

A Entrevistada nº4 menciona, ainda, as seguintes medidas adotadas pela divisão social da CMA:

“O apoio social, o apoio às famílias que ficaram afetadas, o apoio alimentar, na distribuição de equipamentos às entidades parceiras, nomeadamente às instituições de solidariedade existentes no concelho e na parte do centro de rasteio.”.

O apoio às entidades parceiras, constituiu uma atividade central do trabalho desenvolvido durante a pandemia, como reconhece uma das entrevistadas (Entrevistada nº6)

“As medidas desenvolvidas acabaram por ser mais ao nível da articulação com os diversos parceiros sociais existentes, de forma a realizarmos uma intervenção mais coesa e sustentável.”.

A Entrevistada nº5 vem reforçar este aspeto destacando diversas medidas específicas, aplicadas em determinados períodos em particular:

“As primeiras medidas tiveram efeito a 04/03/2020: Foi criado um grupo para o acompanhamento do Plano de Contingência; Foi solicitado ao grupo que atualizasse o anterior Plano de Contingência (isto em março de 2020) – PCI\_GRIPE A – de junho de 2009, com base nas novas recomendações da DGS. Sucederam-se reuniões com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Agrupamento Escolar e Município de Torres Novas, para se proceder de uma forma mais célere à implementação dos procedimentos necessários; Inicialmente foi criada, também, uma ficha – Declaração sob Compromisso de Honra para Faltas de Acompanhamento Familiar por Suspensão de Atividades Escolares.<sup>15</sup>A 26/04/2020: Houve a publicação e divulgação do 2º Plano de Contingência do Município de Alcanena. A 02/05/2020: O estado de emergência nacional e o municipal foram mantendo, no entanto, algumas medidas preventivas de distanciamento e circulação. Nas datas de 4, 5 e 6 de maio de 2020 foi fornecida uma ação de formação para a preparação de assistentes operacionais, para trabalharem com o público vulnerável, ministrado pela CIMT. Em 2020 colaboramos com o processo da vacinação, que contou, também, com as diversas entidades e esferas da sociedade. Tivemos um papel incansável para dar resposta às necessidades sociais e de saúde que derivaram desta realidade pandémica. Com as nossas infraestruturas, recursos e disponibilidade de todos originaram-se respostas competentes, sólidas e eficazes à crise sanitária se veio fazer sentir. Trabalhámos lada o lado com a Proteção Civil, com as autoridades, com a Segurança Social, com o setor da saúde. Em 2022 uma das medidas adotadas pelo governo com vista à prevenção, contenção e mitigação da transmissão do vírus, resultou da aplicação de testes para a deteção do SARS-COV-2. No final de 2021 e atendendo ao nível crescente de casos, foi alargada a toda a população a testagem e o número de testes disponibilizados. O município veio abrir um centro de testagem municipal (CTM), envolvendo farmácias locais, proteção civil, trabalhadores do município e voluntários. Foram realizados 3389 testes. As despesas foram asseguradas pelo município e foi dada resposta à população, enquanto, que em simultâneo, ajudou-nos a conhecer a evolução pandémica no nosso concelho.”.

---

<sup>15</sup> Consultar o Anexo XIV.

### **3.3. Estratégias de Atuação Presentes na Área Social**

Numa terceira fase importa perceber em que medida a pandemia veio contribuir para a promoção da coesão social e/ou para a destruturação da mesma, também se pretende perceber quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico e quais as tensões, estratégias e desafios encarados pela autarquia durante este período, bem como entender de que forma se veio desenvolver o papel da mediação entre as diferentes entidades da região.

O objetivo principal da análise deste conjunto de questões, acaba por ir de encontro da necessidade de perceber os tipos e variedades de intervenções que tem sido fomentado pela autarquia junto dos seus municípios, bem como os fins pretendidos com a aplicação das mesmas.

Segundo a Entrevistada nº1 “em todos os territórios e quando surge um fenómeno novo, há de facto uma destruturação em todos nós”, no entanto essa destruturação não foi suficiente para ameaçar a coesão social e colocar em risco a sustentabilidade social.

Como reconhece uma outra entrevistada, Entrevistada nº3,

“Houve pessoas que ficaram afetadas diretamente pelos seus trabalhos, e situações como essa foram prejudiciais dentro do seio familiar, acabando por causar desequilíbrios, afetando os rendimentos, mas por um outro lado veio trazer uma dimensão nova, fomentando realidades alternativas em comparação com as que viviam no seu dia a dia recorrente.”.

A pandemia criou uma realidade, que acabou por potenciar a criação de um novo conceito do social, despertando novas formas de o definir e abordar, dando espaço para a (re)construção e (re)adaptação dos instrumentos e mecanismos utilizados para garantir a sua sustentabilidade, garantindo, assim, a manutenção das máximas do social, as máximas da coesão, da justiça e da inclusão social.

Importa ressaltar o facto desta realidade pandémica, ter trazido consigo potencialidades capazes de intensificar o trabalho em rede, como reconhecido pela Entrevistada nº4 ao referir

“que a pandemia veio unir os parceiros sociais, as entidades e as instituições existentes no nosso concelho. Foi uma parceria inesperada e que deu alguma luta, mas que deu frutos.”.

A ação da pandemia na sociedade, na gestão da instituição e no funcionamento das mesmas, constitui um momento central deste período, como assinala a Entrevistada nº5 ao referir que o

“(…) confinamento foi um período que representou um esforço por parte de todos, entidades, famílias, escolas, etc. O isolamento diminuiu os laços, as ligações sociais, a proximidade física, os encontros sociais, provocando um aumento significativo das restrições sociais. Assistiu-se a uma interrupção das relações sociais, e conseqüentemente a um desligamento social durante a pandemia, e não pode haver sociedade, nem família que se baseie na falta de relações sociais, sejam elas a que nível forem.”.

A Entrevistada nº1 alerta, porém, que estas alterações não se solidificaram com o passar do tempo, nem passaram a constituir uma característica imutável da sociedade, uma vez que

“quando pensávamos que isto iria trazer ao nível das famílias, muita solidariedade social e muito reforço da solidariedade social, à medida que nos vamos adaptando à realidade social, sentimos que também não é bem assim. As pessoas adaptaram-se, mas há ainda muita coisa a se fazer, há muito por construir, há pontes que tem de ser construídas, a nível das instituições, com as pessoas, um apoio direto no terreno... e o problema de tudo isto acaba por ser os recursos, e a redistribuição destes mesmos recursos e projetos. A Doutora Joaquina Madeira, alguém que admiro muito, diz assim: não é só preciso dar a cana, é preciso que haja a cana, é preciso que haja o peixe e é preciso que a pessoa ou as pessoas estejam disponíveis para pescar, e a intervenção social hoje em dia é de facto um desafio, um desafio para quem está no terreno, para os técnicos sociais, na forma de agirem.”.

De acordo com esta entrevistada há, portanto, muito caminho a trilhar, muros que se tem de desconstruir e pontes que se têm de erguer, de forma a atingirmos uma maior adequabilidade dos planos sociais, sempre promovendo e apostando na inclusão social. O reconhecimento da fragilidade das medidas adotadas e das modificações ocorridas durante este período, vieram acarretar consequências, destacando-se, particularmente, os “(...) riscos ao desenvolvimento social e humano” (Entrevistada nº5)

Não obstante a fluidez associada às medidas adotadas para responder à situação pandémica e à sua limitada fixação na sociedade, é importante assinalar que ela permitiu desenvolver respostas para desafios que, até então, nunca tinham sido colocados à ação autárquica. Como refere uma das entrevistadas (Entrevistada nº2), um dos maiores desafios

“foi potencializado por agarrarmos novas formas de trabalhar, sem nunca deixar as pessoas desamparadas. E, portanto, os cidadãos continuam a ter uma resposta e nós tivemos de adotar novas medidas de trabalho. Também por sua vez, os cidadãos tiveram de adotar novas medidas de solicitar a nossa colaboração nos diversos serviços da ação social de uma forma transversal, penso que, no fundo, este foi o desafio principal.”.

Por sua vez a Entrevistada nº3 destaca que

“Os maiores desafios estão relacionados com o facto de sabermos a todo o momento qual era a situação, uma das situações mais desafiantes estava relacionada com a questão dos lares e dos surtos nos mesmos. Na comunidade propriamente dita, claro que houve ainda algumas situações nas escolas, mas de uma forma geral não eram situações do ponto de vista da saúde muito graves, de forma que conseguíamos ultrapassá-las recorrendo ao trabalho em rede.”.

Os desafios enfrentados foram muitos, e de diferentes e diversas naturezas. No entanto, foram ultrapassadas com relativa facilidade, graças à infraestrutura disponível, as redes já existentes entre as diferentes entidades e, também, devido à própria organização de todo o setor do social da CMA.

É natural que durante todo este processo se tenham feito sentir, também, algumas tensões, como destacado por uma das entrevistadas (Entrevistada nº1)

“as tensões maiores foram ao nível das instituições, em especial com os lares, devido ao receio que se fazia sentir, sobre o medo dos surtos que se pudessem vir a propagar, aqui as tensões foram mais com o município, a segurança social. Nós estávamos articulados, mas as instituições e nós próprios estávamos numa situação nova e desconhecida que veio dificultar um pouco todo o processo.”.

Por sua vez, a Entrevistada nº2 vem enaltecer o facto de que inúmeras foram as situações de tensão, desde logo

“o facto de dar resposta às pessoas com medidas, com regras, obedecendo a um plano de contingência face à pandemia que se estava a viver e encontrarmos formas de dar resposta aos problemas, aos assuntos das pessoas, com as ferramentas que tínhamos ao dispor. Portanto, não foi fácil. Porque essa preparação não estava planeada nem acautelada. Contudo, a cada dia que ia passando as medidas que iam surgindo, novas medidas, adotar novos procedimentos, novas formas de trabalhar sempre em prol das pessoas e não colocando ninguém em risco porque estávamos num plano de contingência, num plano pandémico.”.

A Entrevistada nº5 acrescenta que

“A pandemia alterou a vida das pessoas, a nível social individual e relacional, afetando a saúde mental das pessoas, em especial das mais idosas. As tensões sociais sentidas foram, especialmente, relativas ao medo de contágio, ao medo do desconhecido, do risco de infeção e do isolamento social.”.

Em relação às estratégias adotadas, foram enalticidos mecanismos tais como: o trabalho multidimensional; o trabalho em rede; a monitorização diária; a articulação entre os diversos parceiros existentes no município; a organização do CLAS; o diálogo ativo e constante entre todas as partes e a mediação.

As estratégias adotadas durante este período, implicaram um esforço suplementar por parte dos diferentes serviços mais diretamente envolvidos na prestação de apoio. Uma

das entrevistadas (Entrevistada nº1) reconhece que as principais estratégias seguidas durante este período se situaram ao nível da

“gestão e de uma monitorização quase diária, e dizer que a ação social não podia ir para casa, a ação social esteve a trabalhar quase 24 horas sob 24 horas, as reuniões foram imensas. A monitorização foi diária, tanto a nível da saúde pública, da proteção civil, do social, um trabalho multidimensional e em rede.”.

A Entrevistada nº3 vem, ainda, reforçar esta questão da importância do trabalho contínuo, em rede e acompanhado, reafirmando que

“o diálogo permanente e constante e foi o facto de implementarmos as reuniões todas as semanas do CLAS, os primeiros meses foram semanais. Mesmo o trabalho desenvolvido ao nível da Proteção Civil, que foi fundamental, porque eles iam acompanhando dia a dia, hora a hora os casos. Foram feitas várias deliberações de câmara, para que as pessoas infetadas pela covid não tivessem de pagar, de forma a facilitar os apoios, o facto de estarmos muito próximos, o reunirmos constantemente e o facto de existir uma definição coesa do papel de cada um, o diálogo, a cooperação foram estratégias chave para tal.”.

A Entrevistada nº4 enaltece, por sua vez, o trabalho feito nas “reuniões constantes, o trabalho em rede, a articulação entre todas as entidades e o diálogo constante e ativo.”.

Este mesmo aspeto é referido pela Entrevistada nº5, que realça enquanto estratégias a questão do acompanhamento próximo que era praticado junto

“(…) aos trabalhadores, reforçando-se os meios de comunicação, procurando, assim, reconhecer e validar sentimentos de ansiedade, medo e preocupação que se faziam sentir”.

Os desafios impostos e enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas locais foram múltiplos, no entanto, através do recurso a determinados mecanismos e estratégias, como foi caso a mediação, foi possível adequar as respostas sociais face às necessidades sentidas e às exigências impostas pela nova realidade social que se fazia sentir. Mais uma vez, é enaltecida a união e a articulação entre os diversos parceiros,

como uma estratégia capaz de fazer frente aos desafios que iam surgindo. Como reforçado por uma das entrevistadas (Entrevistada nº1)

“Tudo isto foi uma forma de provarmos que quando todos nos unimos é possível haver uma resposta concertada entre todos, quando de facto nos unimos e trabalhamos numa parceria autêntica, e apesar de haver certos constrangimentos houve também uma resposta adequada à situação do terreno. A saúde pública, o social, a proteção civil, estiveram sempre lado a lado das instituições numa resposta adequada à situação do momento, que era de facto difícil para todos. E isso ensinou-nos, ajudou-nos a crescer e que é possível fazer frente a situações desconhecidas e inesperadas como esta. A mediação foi sem dúvida um mecanismo fundamental em todo este processo, e de forma a regulamentar a nossa atuação também.”.

Por sua vez uma das entrevistadas (Entrevistada nº3) defende que a ação do município não foi realizada de forma autónoma, beneficiando, da integração da CMA numa entidade agregadora de vários municípios:

“o que foi feito a nível municipal, foi o que foi feito a nível supramunicipal, ou seja, houve uma grande articulação entre a comunidade intermunicipal e entre, sobretudo, as estruturas da saúde e segurança social, houve muito este papel mediador, especialmente entre os diversos parceiros.”.

A relevância da mediação durante o período em análise é reconhecida por várias entrevistas que destacam a importância da mediação, especialmente “na gestão e na resolução dos problemas que iam surgindo”, assim como no papel da mediação “no que toca à avaliação e resolução das próprias questões sociais que iam surgindo” (Entrevistada nº4). Também a Entrevistada nº5 admite que o facto de os serviços terem-se mantido constantemente em

“(…) funcionamento, organizando-se escalas de equipas de 1ª intervenção, assim como se colaborou com as diversas entidades de 1ª linha e, manteve-se, sempre, a disponibilidade para agir em casos de surto, foi desta forma que se veio desenvolver o papel da mediação entre as diferentes entidades da região.”.

Como conclui uma outra entrevistas (Entrevistada nº6),

“A mediação acabou por ser um instrumento essencial nesta nova realidade, uma vez que através deste mecanismo conseguimos desempenhar um papel mais polivalente, organizado, coeso, criando pontes entre diferentes áreas e parceiros.”.

### **3.4. A Pandemia em relação com o Planeamento Municipal**

Nesta última fase importa perceber de que forma a pandemia veio afetar e transformar certas áreas de intervenção, mecanismo ou/e instrumentos de intervenção. Admitindo enquanto objetivo principal perceber se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.

Após a análise das entrevistas é possível compreender que existiram alterações dentro das estratégias adotadas pela autarquia. No entanto a alteração e a adequação de certos mecanismos e estratégias recorrentes, não veio condicionar as máximas estipuladas pela autarquia, apenas alterou a forma de as atingir.

Uma das grandes transformações foi, precisamente, gerada por uma nova forma de proceder, resultante

“da introdução do teletrabalho, as reuniões à distância. Isto ao mesmo tempo também veio gerar uma janela de oportunidades, tanto ao nível da intervenção social como comunitária.”. (Entrevistada nº1)

Esta transformação dos mecanismos utilizados pelas diferentes valências da CMA, acabou por proporcionar uma transmutação dentro do seio da autarquia, uma transformação, no entanto, positiva e inovadora.

Estas alterações vieram contribuir para uma maior aproximação e articulação dos serviços prestados pela ação social da CMA, uma vez que os serviços foram

“de certa forma, desbloqueados e para benefício dos cidadãos e também para uma descentralização do serviço, uma transversalidade do mesmo, para que tudo funcione da melhor maneira” (Entrevistada nº2).

A Entrevistada nº3 realça esta mesma questão, reforçando, uma vez mais, que a transformação dos mecanismos e instrumentos de atuação foi inegável, afirmando que foi desde

“logo estruturado (...) um plano de emergência social, não estando sempre a fazer atuações avulsas”, diz, ainda, que foram reunidas estratégias específicas “(...) quer do município diretamente quer dos parceiros, e estabeleceram-se aí contactos e medidas importantes. Como foi uma estratégia elaborada, e não simples ações avulsas permitiu-nos irmos sempre avaliando, monitorizando, alterando o que era necessário. Foi sempre um desafio, dentro daquilo que fazíamos, mas fizemos sempre dentro do nosso espírito de equipa, que foi o principal.”.

Esta transformação foi, também, positiva por ter contribuído para tornar

“(...) a equipa e a rede mais unidas, e ajudou a que pusemos em prática mecanismos novos, pois a pandemia veio colocar-nos todos à prova e sem união e trabalho em equipa era impossível resolver os problemas que nos iam surgindo.” (Entrevistada nº4).

Em síntese, como referido por uma outra entrevistada (Entrevistada nº5)

“(...) a ação autárquica foi proporcional, flexível e consistente, apresentando um enquadramento legal, mas também social, tivemos sempre presente o princípio da precaução. Contribuímos e assumimos atualmente um papel preventivo e de controlo do COVID19, tanto na sua fase de aparecimento, como de evolução e posteriormente de acabamento. Colocámos sempre ao dispor de todos, os meios e instrumentos imprescindíveis à intervenção necessária. Reforçamos e demos sempre continuidade às diversas renovações de estados epidemiológicos, contribuímos com várias medidas para travar a situação de aparecimento local, adotando regras, comportamentos e ações responsáveis. Esta nova fase permitiu-nos olhar para o futuro com otimismo, sem nunca esquecer a cautela e a responsabilidade a que estamos obrigados, enquanto entidade pública. A pandemia, ainda, não acabou, o sistema tem que continuar a

funcionar, aumentando ou reduzindo o esforço essencial, consoante as necessidades sentidas.”.

Deste modo, a situação vivida

“(…) veio impor uma mudança abrupta na nossa intervenção-ação, a pandemia acabou por ser um ponto de viragem para o social, constituindo um desafio e, simultaneamente, uma potencialidade à renovação da intervenção social, promovendo e incitando um trabalho holístico, mediático, em rede e dinâmico.” (Entrevistada nº6).

A partir dos resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas, foi possível dar resposta aos tópicos, bem como aos objetivos estabelecidos em cada um deles, do guião de entrevista.

A CMA apresenta-se enquanto um órgão organizado, flexível e coeso, prestando uma intervenção social baseada nos ideais de coesão, sustentabilidade, justiça e bem-estar social, atuando em conformidade com as situações que vão surgindo. A autarquia de Alcanena valoriza o trabalho em rede, a multidisciplinaridade, o diálogo constante, a inclusão social e a mediação intercultural, enquanto instrumentos fundamentais para a adequação da resposta social da câmara, em particular da valência do social da mesma.

Apesar da pandemia ter sido demarcada enquanto um período de turbulências e de incertezas, as entrevistadas do departamento social da CMA assumem que este foi um período de descoberta, potenciando a inovação e reinvenção do setor social e reforçando a capacidade de resposta e intervenção da equipa existente.

Os aspetos negativos acarretados pela pandemia e ressalvados pelas entrevistadas, foram relativamente às tensões suscitadas pelo surgimento repentino da COVID-19, e da urgência de readaptar as intervenções à realidade pandémica vivenciada. Foi necessário repensar toda a atuação do poder local, assim como reforçar, ainda mais, o trabalho da mediação entre os diversos parceiros da autarquia, de forma a consolidar as intervenções sociais numa força de intervenção una, forte e completa.

### Capítulo III – Conclusão

*“Os componentes da sociedade não são os seres humanos, mas as relações que existem entre eles.”*

(Toynbee, Arnold)

Esta dissertação incidiu no estudo da importância da atuação autárquica num momento de calamidade social, procedendo a uma análise das capacidades de resposta destas entidades. Como estudo de caso foi usada a Câmara Municipal de Alcanena. Procedeu-se, também, a um estudo das atuações sociais desta mesma autarquia, atendendo à importância da mediação enquanto um destes mecanismos de adequação de resposta social.

A mediação surge, neste sentido, como um instrumento essencial aos campos da cidadania e da própria participação democrática, atuando, também, na manutenção do respeito ao próximo.

A atuação da mediação passa por ser considerada de natureza essencialmente preventiva, agindo em conformidade para a intercomunicação entre as partes da sociedade, contribuindo, efetivamente, para questões como o respeito mútuo, o bem-estar social e a equidade. Este mecanismo acaba por ser necessário e imprescindível, assumindo-se um elemento que deve ser valorizado e aproveitado dentro do poder local.

As autarquias, são entidades responsáveis por assegurar a adequação da reposta política, frente às necessidades dos seus municípios, devendo atuar, sempre, de forma coesa e justa, admitindo uma ação-resposta mediática, que tenha por base os ideais da comunicação/intercomunicação.

Cabe a estas instituições de poder local serem promotoras da construção de pontes em relação à comunidade presente no seu território, serem dinamizadoras de intervenções-ações que valorizem uma relação de proximidade, o trabalho em rede e multidisciplinar e que venham acabar por promover a inclusão social.

Apesar do Covid19 ter promovido a criação de uma nova realidade, e imposto a necessidade de readaptação dos próprios mecanismos de intervenção social para lhe fazer jus, a autarquia de Alcanena acabou por desenvolver instrumentos reguladores à mudança

da realidade social, passando por atuações multidisciplinares e dinâmicas, capacitadas para atuarem de uma forma sustentável junto da e com a comunidade.

A gestão e a monitorização diária foram consideradas verdadeiros instrumentos chave para a adequação de resposta e intervenção-ação da área social da CMA. Também o diálogo ativo foi considerado um mecanismo essencial para a manutenção de uma intervenção social perspicaz.

A Ação Social da CMA veio revelar-se uma área fulcral ao estabelecimento da justiça e paridade social dentro do município, sendo reconhecida pelo seu papel na manutenção da coesão social e no assegurar de um município pautado por ideais tais como: a equidade, a inclusão social e para a garantia do bem-estar social de todos os seus cidadãos

Podemos, ainda, entender e refletir o papel do Interventor Social, em particular enquanto mediador social, bem como a importância da sua atuação para o desenvolvimento da consciência social e para incrementar a existência de cidadãos mais envolvidos em causas sociais, incentivados a ir em busca da cidadania ativa.

Com a realização desta dissertação tornou-se evidente o papel dos vem-se reforçar Interventores Sociais em contexto autárquico, enquanto elementos essenciais ao zelo pela vida em sociedade (reeducando o indivíduo para saber-estar e saber-ser junto e com os demais) e demonstrando aos indivíduos que a compõem as suas potencialidades de alcançarem e construírem os seus caminhos e estruturarem os seus projetos de vida. Foi, ainda, destacando o papel desenvolvido pelo profissional social enquanto profissionais da relação por excelência, dotados de capacidades à promoção da ideia, tão utopicamente desenhada, da inclusão social, indo, assim, para além de uma máxima de integração social, que por si própria vem ser promotora de exclusões sociais no seu seio.

Citando John Lennon e um dos seus grandes êxitos musicais – “Imagine” – “imagine não haver nenhum país (...) nenhum motivo para matar ou morrer, nem nenhuma religião”, “imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz”, a criação de uma sociedade de “todos para todos”, inclusiva e intercultural é possível.

É da, minha opinião pessoal, plausível e concebível um Mundo assim, graças à existência de profissionais como os Profissionais de Intervenção Social, profissionais destacados pela sua capacidade mediadora, pela sua capacidade de ir para além dos pré-

conceitos enraizados e instituídos na nossa sociedade, sendo possível readaptá-la aos avanços dos tempos.

## Referências Bibliográficas

Al-Jabir, A. & Alsafi, Z. & et. al. (2020). The Socio-economic implications of the coronavirus pandemic (Covid-19): A Review. *International Journey of Surgery*, nº 78, p. 185 – 193.

Alves, A. et al. (2021) Reflexões em torno de metodologias de investigação. Vol. 2. 1ª ed. Universidade de Aveiro.

Bento, Z. (2021). *ALCANENA da Serra ao Rio, poesia e pintura*.

Blanco, L. F. & Sacramento, J. (2020). O que nos espera depois da pandemia?. *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, boletim 47, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2369-boletim-n-47-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>.

Bonafé-Schmitt, J.-P. (1992). *La Médiation: une justice douce*. Paris: Syros.

Carlos L. J. (2020). Sociologia, processos sociais e pandemia. *Boletim Cientistas Sociais e o coronavírus*, boletim 80, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2411-boletim-cientistas-sociais-n-80>.

Carmo, Renato Miguel do; Inês Tavares; e Ana Filipa Cândido (orgs.) (2020), *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte. Consultar aqui: "Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro" de Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (orgs.) | Observatório das Desigualdades ([observatorio-das-desigualdades.com](http://observatorio-das-desigualdades.com)).

Domingues, A. (2020). Essas são as perguntas certas? Vírus, doenças e seus contextos sociais. *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, boletim 60, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2386-boletim-n-60-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>.

Dubar, C. (2003). *Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto Editora.

- Esteves, M. L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto Editora.
- Freire, P. (1998). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, São Paulo.
- Gehre, T., & Gabriela R A. (2020). Transformação social em tempos de crise: conectando passado, presente e futuro no enfrentamento à Covid-19. *Boletim Cientistas Sociais e o coronavírus*, boletim 82, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2414-boletim-cientistas-sociais-n-82>.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentido e formas de uso*. Principia.
- Lima, M.A.D.da S. et al (1999). A utilização da observação participante. *Revista Gaúcha de Enfermagem.*, Porto Alegre, v.20, p.130-142.
- Lins R. G. (2020). Medo Global. *Boletim Cientistas Sociais e o coronavírus*, boletim 5, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2311-boletim-n-3-as-ciencias-sociais-e-a-saude-coletiva-frente-a-atual-epidemia-de-ignorancia-irresponsabilidade-e-ma-fe-3>.
- Lopes, J. T. (2020). A pergunta difícil: permanecemos socialmente vivos?. *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, boletim 60, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2386-boletim-n-60-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>.
- Marques, J. C., Faria, S., Silva, P., Vieira, R. & Lopes, S. M. (2016). A prática da investigação no estudo da interculturalidade. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A.
- Nakamura, E. & Silva, C. G. d. (2020). O contexto da pandemia do Covid-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis? *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, boletim 46, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2367-boletim-n-46-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>.
- Nunes GC, Nascimento MCD, Alencar MAC. Pesquisa científica: conceitos básicos. 2016, disponível online em: <https://doi.org/10.14295/online.v10i1.390>.

Portella T. R., & Augustin, R. (2012). O Papel dos Laços Sociais na Constituição do Capital Social. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, disponível online em: [https://www.eumed.net/rev/ccss/22/constitucion\\_capital\\_social.html](https://www.eumed.net/rev/ccss/22/constitucion_capital_social.html).

Rogers, C. e Stevens, B. (1987). *De Pessoa Para Pessoa*. São Paulo. Pioneira.

Silva, M. (2021). *A Mediação e a Prática Pedagógica na Prevenção de Conflitos e Contextos Educativos com Crianças de 2 a 5 Anos*. Relatório de Estágio Mestrado em Educação Área de Especialização em Mediação Educacional. Universidade do Minho.

Torremorell, M. C. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.

Vieira, A. M. & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Porto: Profedições Editora.

Vieira, R., & Vieira, A. (2017). Construindo pontes e travessias: das mediações sociais à mediação intercultural. *Mediações revista Online*, 5 (1), 44-56.

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P., Vieira, A. e Margarido, C. (2017). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*, Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira, A. e Margarido, C. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*, Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, R. (1999). *Ser Igual, Ser Diferente: Encruzilhadas da Identidade*, Porto: Profedições.

Virginio, A. S. (2020). Educação, desigualdade e COVID-19. *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, boletim 46, disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2367-boletim-n-46-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>.

Zygmunt, B. (2001). *Modernidade Líquida*, Ed. Zahar.

Zygmunt, B. (2004). *Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*, Ed. Zahar.

## Outros Documentos

Câmara Municipal de Alcanena (2014). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 29 de novembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020>.

Câmara Municipal de Alcanena (2014, setembro 8). ROSM – Regulamento de Organização de Serviços Municipais, consultado no site da Câmara Municipal de Alcanena. Consultado em 2021, 29 de novembro. Disponível em: [http://cm-alcanena.pt/images/CMA/Documentos-financeiros-2015/4.2%20-%20ROSM%202014-09-08%20-%20Regulamento%20Organizacao%20Servios%20-%20Despacho%2011305\\_2014.pdf](http://cm-alcanena.pt/images/CMA/Documentos-financeiros-2015/4.2%20-%20ROSM%202014-09-08%20-%20Regulamento%20Organizacao%20Servios%20-%20Despacho%2011305_2014.pdf).

Câmara Municipal de Alcanena (2015). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020>.

Câmara Municipal de Alcanena (2016). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020>.

Câmara Municipal de Alcanena (2017). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020>.

Câmara Municipal de Alcanena (2017, março). Plano Estratégico de Desenvolvimento – Alcanena 2025. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/pt/investir/2017-06-07-13-15-53>.

Câmara Municipal de Alcanena (2018). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm->

alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020.

Câmara Municipal de Alcanena (2019, setembro 30). Projetos Urbanismo. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/projetosurbanismo>.

Câmara Municipal de Alcanena (2019). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020>.

Câmara Municipal de Alcanena (2020). Agenda Cultural, Desportiva e Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/component/content/article/117-n1-publicacoes/371-publicacoes-municipais#agenda-cultural-desportiva-e-social-2020>.

Câmara Municipal de Alcanena (s.d.). Desenvolvimento Social. Consultado em 2021, 1 de dezembro. Disponível em: <http://cm-alcanena.pt/index.php/pt/viver/acaosocial#clas-conselho-local-de-a%C3%A7%C3%A3o-social-do-concelho-de-alcanena>.

# Anexos

## Anexo I – Organograma

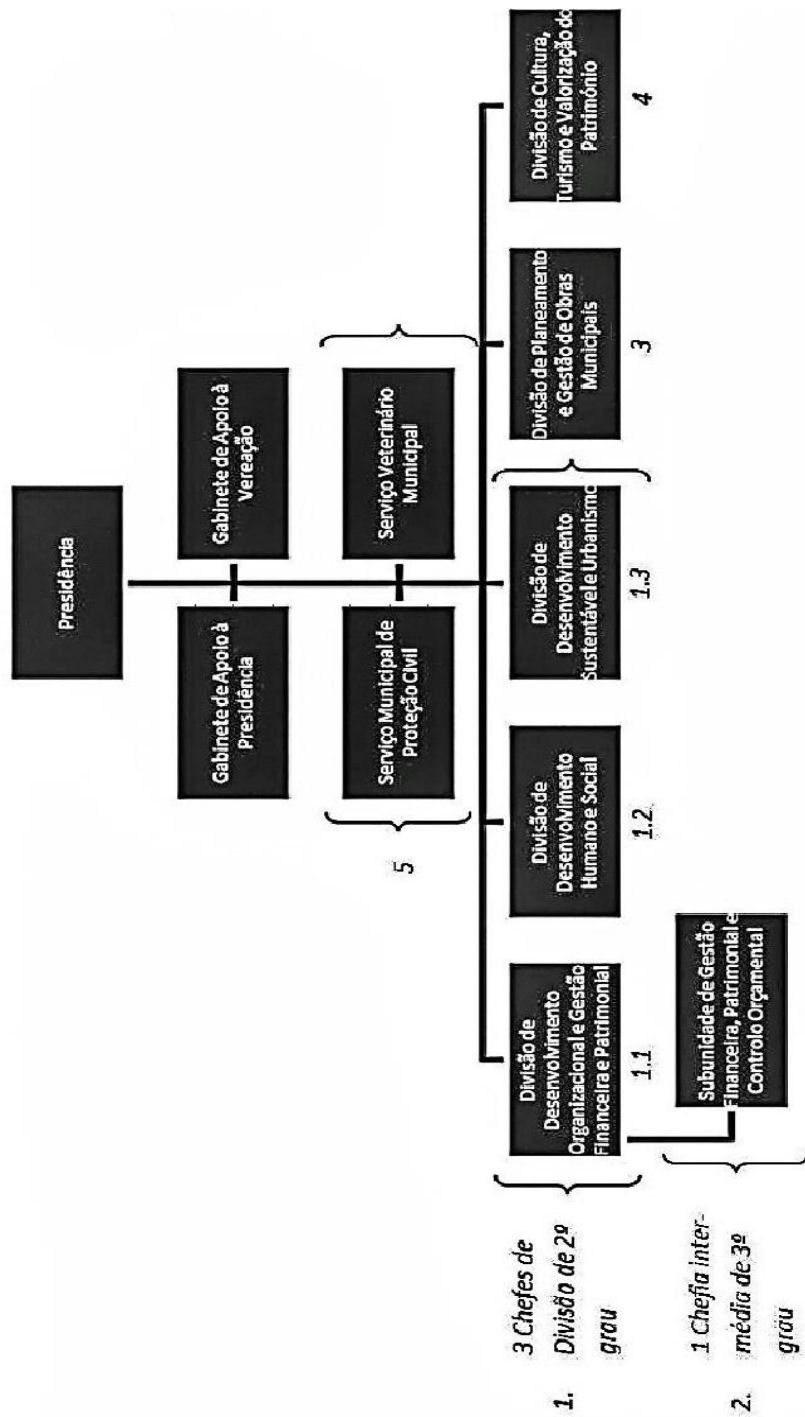


Figura 2) Organograma

## Anexo II – Brasão da Vila de Alcanena



Figura 3) Brasão da Vila

de Alcanena

## Anexo III – Bandeira da Vila de Alcanena



Figura 4) Bandeira da Vila de Alcanena

## Anexo IV – Mapa da Localização do Concelho de Alcanena

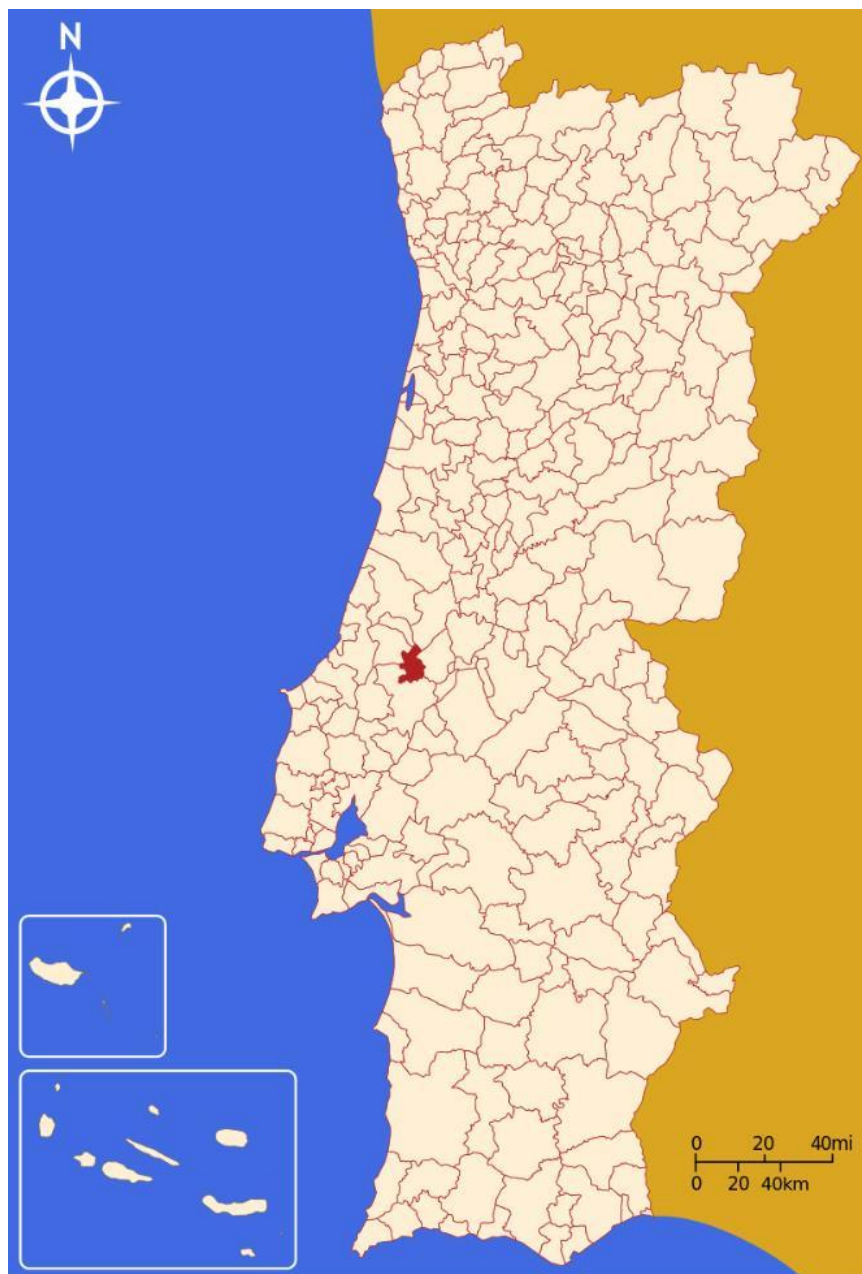


Figura 5) Mapa da Localização do Concelho de Alcanena

## Anexo V – Mapa das Freguesias que compõem o Concelho de Alcanena

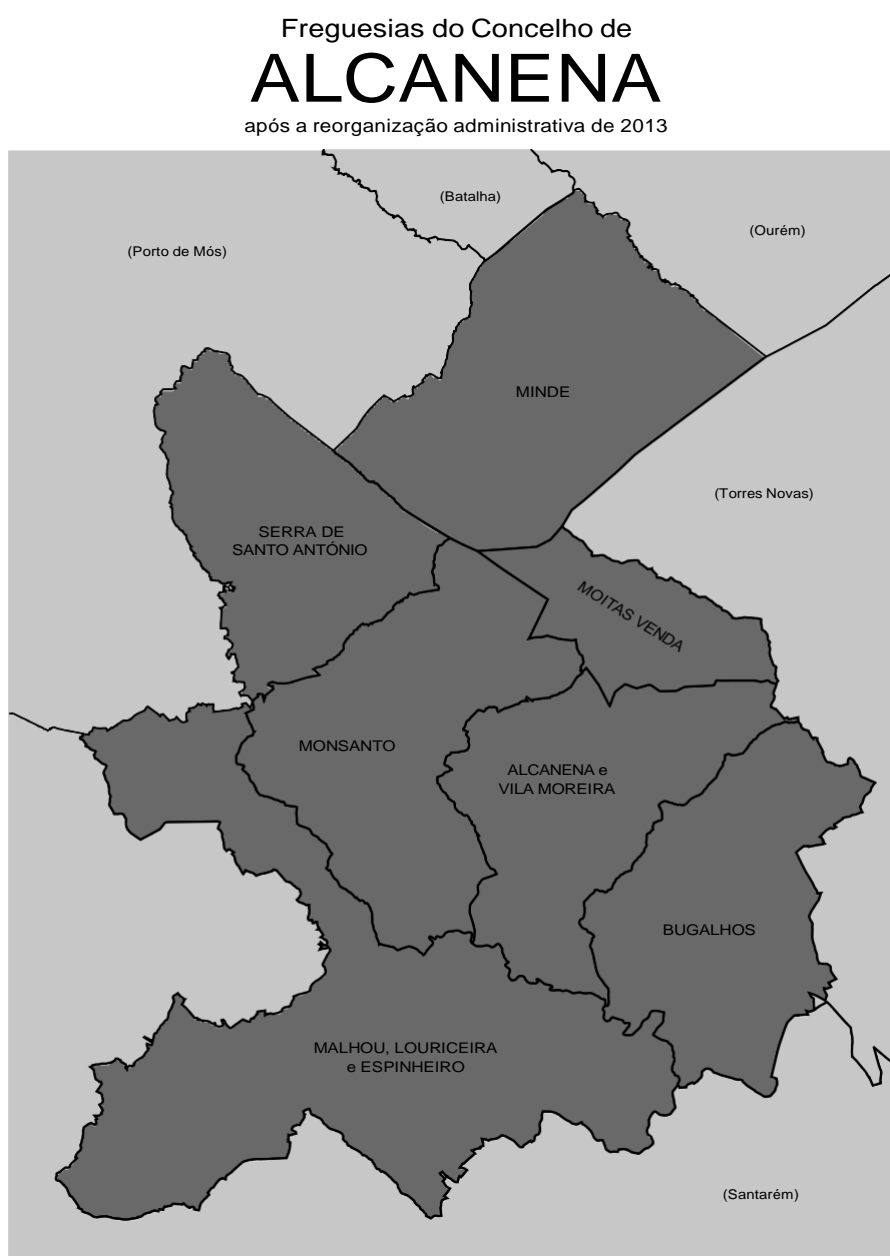


Figura 6) Mapa das Freguesias que compõem o Concelho de Alcanena

## MINISTÉRIO DO TRABALHO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Decreto-Lei n.º 115/2006

de 14 de Junho

A rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo actores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local. Este trabalho de parceria tem vindo a ser alvo de uma enriquecedora actualização também na perspectiva da promoção da igualdade de género.

Por diferentes razões, a pobreza e a exclusão social atingem em particular grupos de população mais vulneráveis, destacando-se as pessoas idosas, as pessoas com deficiências e os imigrantes, havendo necessidade de ter em especial atenção as estratégias de intervenção para estes grupos alvo.

Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e acções definidas nos diferentes documentos de planeamento, tais como o Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com especial enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

A rede social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, actuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objectivos, à concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à optimização dos recursos endógenos e exógenos ao território.

É compromisso do XVII Governo Constitucional promover e reforçar o papel da rede social em todo o país, investindo na gestão local participada, assegurando que o planeamento e instalação de respostas e equipamentos sociais se fará progressivamente, tendo em conta a rentabilização dos recursos existentes e da verdadeira participação das entidades locais.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, foi desenvolvida a fase experimental desta medida de política social, integrando inicialmente 41 concelhos piloto. Actualmente a rede social está implementada em 275 concelhos em todo o território continental.

É fundamental, para a afirmação e desenvolvimento da rede social ao nível nacional, para além de uma organização homogénea das estruturas de parceria, a integração de instrumentos e estruturas que reforcem o papel das redes sociais de base local nas decisões para a sua área territorial, nomeadamente a obrigatoriedade do pedido de parecer ao conselho local de acção social

para projectos e equipamentos a desenvolver no concelho, a consideração dos diagnósticos sociais e dos planos de desenvolvimento social nos planos directores municipais, a construção de um sistema de informação que permita a recolha de indicadores de base local, de modo a alimentar uma base nacional que leve a um melhor conhecimento das realidades concelhias e da realidade nacional no âmbito da pobreza e da exclusão social, e dos seus reflexos nas desigualdades de género, a constituição de uma estrutura supraconcelhia que permita um planeamento concertado para além das fronteiras concelhias.

Por outro lado, considerando que o PNAI representa um compromisso do Estado Português com a União Europeia para promoção da inclusão na Europa, saliente-se ainda o papel que a rede social deve ter na concepção e concretização deste Plano, através da adopção dos objectivos do PNAI para os seus instrumentos de planeamento bem como a criação de um sistema de informação que permita uma recolha de informação a um nível de maior proximidade. A rede social é o instrumento por excelência de operacionalização do PNAI, apresentando-se como o fórum que congrega as diferentes parcerias e políticas sociais que visam a promoção do desenvolvimento social local.

Procurando integrar as orientações da União Europeia, já adoptadas pelo PNAI, este decreto-lei é inovador ao introduzir a dimensão de género como factor determinante do desenvolvimento local. Tendo em conta que a rede social desenvolve um processo de planeamento estratégico de base concelhia, é fundamental a articulação estreita com o PNI, que traduz a necessidade de pensar que a sociedade portuguesa é constituída por homens e mulheres, independentemente dos grupos sociais de pertença.

A rede social está, efectivamente, implantada em todo o território continental, havendo uma necessidade real de criar um instrumento legislativo que, após cinco anos de funcionamento, venha permitir uma harmonização quer nos modelos de funcionamento quer nos processos de planeamento, que, sem prejuízo de outros, são peças fundamentais para uma melhor distribuição dos recursos no território nacional e, por outro lado, permitem perspetivar o futuro de cada território a médio prazo.

A rede social assume-se como um modelo de organização e de trabalho em parceria que traz uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias. A rede social estruturada ao nível local e organizada numa plataforma supraconcelhia, reflectindo-se no PNAI, permitirá a Portugal dar um salto qualitativo na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais.

Foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias nos termos da lei.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Rede social

#### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente decreto-lei consagra os princípios, finalidades e objectivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

**Artigo 2.º****Âmbito territorial**

A rede social aplica-se ao território de Portugal continental.

**Artigo 3.º****Conceito e objectivos**

1 — A rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objectivos:

- a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- b) Promover o desenvolvimento social integrado;
- c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);
- e) Integrar os objectivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

2 — A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

**Artigo 4.º****Princípios de acção da rede social**

As acções desenvolvidas no âmbito da rede social, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.

**Artigo 5.º****Princípio da subsidiariedade**

No quadro do funcionamento da rede social, as decisões são tomadas ao nível mais próximo das populações e só depois de explorados todos os recursos e competências locais se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas.

**Artigo 6.º****Princípio da integração**

A intervenção social e o incremento de projectos locais de desenvolvimento integrado fazem-se através da congregação dos recursos da comunidade.

**Artigo 7.º****Princípio da articulação**

Na implementação da rede social procede-se à articulação da acção dos diferentes agentes com actividade na área territorial respectiva, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades.

**Artigo 8.º****Princípio da participação**

No quadro da rede social, a participação deve abranger os actores sociais e as populações, em particular as mais desfavorecidas, e estender-se a todas as acções desenvolvidas.

**Artigo 9.º****Princípio da inovação**

Na implementação da rede social privilegia-se a mudança de atitudes e de culturas institucionais e a aquisição de novos saberes, inovando os processos de trabalho, as suas práticas e os modelos de intervenção em face das novas problemáticas e alterações sociais.

**Artigo 10.º****Princípio da igualdade de género**

No quadro da rede social, o planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e acções quer na avaliação do impacte.

**CAPÍTULO II****Estrutura orgânica****SECÇÃO I****Órgãos da rede social****Artigo 11.º****Comissões sociais de freguesia e conselhos locais de acção social**

As medidas necessárias à prossecução dos objectivos e das acções de intervenção, no âmbito da rede social, são assumidas localmente pelos conselhos locais de acção social, adiante designados por CLAS, e pelas comissões sociais de freguesia, adiante designadas por CSF.

**Artigo 12.º****Âmbito territorial das CSF**

1 — O âmbito territorial das CSF corresponde, em regra, ao das freguesias.

2 — Mediante proposta das juntas de freguesia envolvidas, pode o CLAS constituir comissões sociais interfreguesias, abrangendo freguesias do mesmo concelho.

3 — As freguesias com número de habitantes inferior ou igual a 500 não estão obrigadas a constituir-se em CSF, devendo, contudo, constituir-se em comissões sociais interfreguesias.

**Artigo 13.º****Âmbito territorial dos CLAS**

O âmbito territorial dos CLAS corresponde ao dos municípios.

**Artigo 14.º****Dinamização e desenvolvimento da rede social**

1 — A dinamização, acompanhamento e avaliação da rede social no território continental compete ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

2 — Compete ainda ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em estreita colaboração com a coordenação do PNAI:

- a) Garantir a articulação e a coordenação das medidas de política social e dos programas

nacionais na área social, promovendo, nomeadamente, a articulação do PNAI com os planos de desenvolvimento social, adiante designados por PDS;

- b) Assegurar a articulação do PNI com os PDS;
- c) Assegurar a coordenação integrada da rede social e do rendimento social de inserção;
- d) Propor e delinear medidas de política social que promovam a inclusão social;
- e) Assegurar a consulta sobre as propostas de medidas de política social ao Conselho Económico e Social e ao Fórum não Governamental para a Inclusão;
- f) Definir periodicamente circuitos e metodologias de trabalho a utilizar na construção dos PDS e do PNAI que assegurem a articulação destes instrumentos de planeamento.

3 — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social articula com o responsável governamental para a igualdade de género as orientações estratégicas relativas à coordenação do PNI com o PNAI.

## SECÇÃO II

### Comissões sociais de freguesia

#### Artigo 15.º

##### Composição das CSF

As CSF integram:

- a) O presidente da junta de freguesia;
- b) Os serviços públicos, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente;
- c) Entidades sem fins lucrativos, tais como associações empresariais, associações sindicais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não governamentais, associações de desenvolvimento local, associações humanitárias, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social;
- d) Grupos comunitários organizados representativos de grupos da população;
- e) Quaisquer pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou amplitude económica.

#### Artigo 16.º

##### Condições de adesão às CSF

1 — A adesão das entidades referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior depende de as mesmas exercerem a sua actividade na respectiva área geográfica ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local.

2 — A adesão das entidades e das pessoas referidas nas alíneas c), d) e e) do artigo anterior carece de aprovação pela maioria dos membros que compõem as CSF, mediante critérios de adesão estipulados no respectivo regulamento interno.

3 — Só podem ser membros das CSF as entidades que tenham, previamente, aderido ao CLAS.

#### Artigo 17.º

##### Constituição das CSF

1 — A constituição das CSF e a adesão de novos membros são deliberadas em sessão plenária, ficando registadas em acta assinada por todos os parceiros presentes.

2 — A adesão dos membros da CSF é concretizada em formulário próprio, tendo cada entidade aderente de indicar o respectivo representante.

#### Artigo 18.º

##### Presidência das CSF

1 — A CSF é presidida pelo presidente da junta de freguesia, que dinamiza e convoca o respectivo plenário.

2 — Caso se verifique a impossibilidade da assunção da presidência pelo presidente da junta de freguesia, esta é assumida por um dos membros da CSF, eleito, de dois em dois anos, pela maioria das entidades que a compõem, tendo a junta de freguesia de indicar um representante para a CSF.

3 — A CSF elege, de entre os seus membros, um elemento que substitua o presidente nos seus impedimentos.

#### Artigo 19.º

##### Formas de funcionamento das CSF

1 — As CSF funcionam em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros.

2 — Sempre que necessário para o bom exercício das suas competências, as CSF podem constituir um núcleo executivo e designar os grupos de trabalho tidos por adequados.

#### Artigo 20.º

##### Competências das CSF

Compete às CSF:

- a) Aprovar o seu regulamento interno;
- b) Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de actuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na comissão;
- c) Encaminhar para o respectivo CLAS os problemas que excedam a capacidade dos recursos da freguesia, propondo as soluções que tiverem por adequadas;
- d) Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia;
- e) Promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes da freguesia;
- f) Promover acções de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência colectiva dos problemas sociais;
- g) Recolher a informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se procurem, conjuntamente, soluções para os problemas;
- h) Dinamizar a adesão de novos membros.

## SECÇÃO III

### Conselhos locais de acção social

#### Artigo 21.º

##### Composição dos CLAS

1 — Os CLAS integram:

- a) O presidente da câmara municipal ou o responsável máximo da entidade que preside;

- b) As entidades ou organismos do sector público, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente;
- c) As instituições que desenvolvam respostas sociais, mediante a celebração de acordos de cooperação com organismos públicos, ou, nas situações em que o número de instituições, por área de intervenção, é igual ou superior a 10, podem as mesmas designar um representante, assegurando-se em todos os casos a participação no CLAS de cada sector de intervenção social;
- d) Os presidentes das juntas de freguesia do respectivo concelho ou cinco representantes eleitos entre os presidentes de junta de freguesia por cada 30 freguesias;
- e) Os conselheiros locais para a igualdade de género, quando existam.

2 — Os CLAS podem ainda integrar:

- a) Entidades sem fins lucrativos, tais como associações sindicais, associações empresariais, instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, organizações não governamentais, associações humanitárias, associações de desenvolvimento local, associações culturais e recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social;
- b) Entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros.

3 — Devem também participar nos trabalhos dos CLAS, sem direito a voto, representantes de outras estruturas de parceria que intervêm designadamente no âmbito social e da educação, representantes de projectos ou pessoas com conhecimentos especializados sobre temas ou realidades concelhias.

4 — Nos casos em que os membros do CLAS considerem unanimemente que é necessário um sistema de representatividade para garantir a operacionalidade do seu funcionamento ou quando o número de entidades representadas ultrapassa as 75, devem defini-lo no seu regulamento interno.

#### Artigo 22.º

##### Condições de adesão aos CLAS

1 — A adesão das entidades referidas na alínea c) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior depende de as mesmas exercerem a sua actividade na respectiva área geográfica ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local.

2 — A adesão das entidades e das pessoas referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior carece da aprovação pela maioria dos membros que compõem os CLAS mediante critérios de adesão estipulados no respectivo regulamento interno.

#### Artigo 23.º

##### Constituição dos CLAS

1 — A constituição dos CLAS e a adesão de novos membros são deliberadas em sessão plenária, ficando registadas em acta assinada por todos os parceiros presentes.

2 — A adesão dos membros dos CLAS é concretizada em formulário próprio, tendo cada entidade aderente de indicar o respectivo representante.

3 — Os representantes das entidades aderentes ao CLAS têm, obrigatoriamente, de estar mandatados com poder de decisão para o efeito.

#### Artigo 24.º

##### Presidência dos CLAS

1 — O CLAS é presidido pelo presidente da câmara municipal.

2 — Compete ao presidente do CLAS convocar as reuniões, presidir e dinamizar o plenário, bem como informar o plenário de todos os pareceres emitidos pelo núcleo executivo.

3 — O presidente da câmara municipal pode delegar a presidência do CLAS num vereador da câmara municipal, sem faculdade de subdelegação.

4 — Quando seja impossível a assunção da presidência do CLAS pelo presidente da câmara municipal, é eleito, por maioria, um outro membro pelo período de dois anos.

#### Artigo 25.º

##### Funcionamento dos CLAS

1 — Os CLAS funcionam em plenário, composto pelos representantes de todos os seus membros.

2 — Sempre que necessário para o bom exercício das suas competências, os CLAS podem organizar-se em grupos de trabalho.

#### Artigo 26.º

##### Competências do plenário dos CLAS

Compete aos CLAS:

- a) Aprovar o seu regulamento interno;
- b) Constituir o núcleo executivo;
- c) Criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;
- d) Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma actuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- e) Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de acção anuais;
- f) Aprovar e difundir o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social, assim como os respectivos planos de acção anuais;
- g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correcta actualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto da Segurança Social, I. P.;
- h) Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo;
- i) Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que actuem no concelho;
- j) Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLAS;
- l) Avaliar, periodicamente, a execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de acção;
- m) Promover acções de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência colectiva dos problemas sociais;
- n) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção.

**Artigo 27.º****Funcionamento do núcleo executivo**

1 — O núcleo executivo é composto por número ímpar de elementos, não inferior a três e não superior a sete.

2 — Integram obrigatoriamente o núcleo executivo representantes da segurança social, da câmara municipal e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo.

3 — Os elementos do núcleo executivo não abrangidos pelo n.º 1 são eleitos pelos CLAS de dois em dois anos.

**Artigo 28.º****Competências do núcleo executivo dos CLAS**

1 — Compete ao núcleo executivo:

- a) Elaborar o regulamento interno do CLAS;
- b) Executar as deliberações do CLAS;
- c) Elaborar proposta do plano de actividades anual do CLAS e do respectivo relatório de execução;
- d) Assegurar a coordenação técnica das acções realizadas no âmbito do CLAS;
- e) Elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respectivos planos de acção anuais;
- f) Proceder à montagem de um sistema de informação que promova a circulação de informação entre os parceiros e a população em geral;
- g) Colaborar na implementação do sistema de informação nacional;
- h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do CLAS delibere constituir;
- i) Promover acções de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;
- j) Acompanhar a execução dos planos de acção anuais;
- l) Elaborar os pareceres e relatórios solicitados pelo CLAS;
- m) Estimular a colaboração activa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAS;
- n) Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social;
- o) Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacto das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional.

2 — No exercício das suas competências, o núcleo executivo pode solicitar a colaboração de outras entidades que compõem o CLAS.

**Artigo 29.º****Direitos e deveres dos membros dos CLAS**

1 — Constituem, entre outros, direitos dos membros do CLAS:

- a) Estar representado em todas as reuniões plenárias do CLAS;
- b) Ser informado, pelos restantes membros do CLAS, de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;
- c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito das actividades do CLAS.

2 — Constituem, entre outros, deveres dos membros do CLAS:

- a) Informar os restantes parceiros do CLAS acerca de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;
- b) Garantir a permanente actualização da base de dados local;
- c) Participar activamente na realização e actualização do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e planos de acção;
- d) Colaborar, mediante disponibilização dos recursos existentes, na elaboração, implementação e concretização do plano de acção.

3 — O não cumprimento dos deveres referidos no n.º 2 em prazo razoável determina a suspensão temporária ou definitiva, nos termos a definir no regulamento interno do CLAS.

**Artigo 30.º****Organização da rede social nos concelhos com mais de 250 000 habitantes**

1 — Nos concelhos com mais de 250 000 habitantes, o CLAS pode proceder à constituição de mais de um núcleo executivo, cujo âmbito geográfico deve coincidir com o das comissões de protecção de crianças e jovens naqueles concelhos.

2 — O CLAS pode nomear um grupo de trabalho com competências de coordenação e acompanhamento dos diferentes núcleos executivos, nos termos a definir em regulamento interno.

3 — Nestes concelhos, enquanto não for constituído o CLAS, podem ser constituídas CSF ou comissões sociais interfreguesias desde que integradas no âmbito geográfico definido no n.º 1, que assumem as competências atribuídas ao CLAS.

**Artigo 31.º****Articulação entre órgãos de parceria ao nível local**

1 — No plano local devem ser tomadas iniciativas que promovam a articulação coerente dos órgãos da rede social com outros órgãos de parceria com intervenções especializadas, tendo em vista a sua progressiva integração.

2 — Nos casos em que existam gabinetes descentralizados, institucionais ou em regime de parceria, destinados à promoção da igualdade de género, os órgãos locais da rede social estabelecem com estes adequadas formas de cooperação.

**SECÇÃO IV****Organização da rede ao nível supraconcelhio****Artigo 32.º****Articulação da rede social ao nível supraconcelhio**

1 — De forma a garantir a articulação e o planeamento supraconcelhio são constituídas plataformas de âmbito territorial equivalente às NUT III que integram:

- a) Os representantes dos centros distritais da segurança social das áreas territoriais respectivas;
- b) Os representantes dos governadores civis respectivos;
- c) Os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respectivas;

- d) Os presidentes dos CLAS respectivos;
- e) Os representantes das instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais e associações empresariais e sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respectivos.

2 — A coordenação da plataforma é assegurada pelo director do centro distrital de segurança social ou seu representante que abrange o maior número de concelhos, com as seguintes competências:

- a) Convocar e presidir, no mínimo, a quatro reuniões anuais;
- b) Assegurar o apoio logístico e administrativo destas reuniões.

3 — Compete à plataforma supraconcelhia da rede social:

- a) Debater estratégias para a concretização do PNAI naquele território;
- b) Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que actuam no plano social;
- c) Promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género;
- d) Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade;
- e) Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma.

### CAPÍTULO III

#### Funcionamento da rede social

##### Artigo 33.º

###### Intervenção social ao nível local

A intervenção social faz-se através de:

- a) Contactos regulares entre responsáveis e técnicos dos projectos de intervenção social existentes na mesma área de forma a garantir a complementaridade das intervenções e a optimização dos recursos;
- b) Integração no diagnóstico, no plano de desenvolvimento social, nos planos de acção e no sistema de informação concelhio, de programas e projectos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e de outros ministérios responsáveis por áreas com intervenção relevante naquele território;
- c) Contratualização de um modelo de intervenção territorial integrado através de um protocolo entre entidades gestoras dos programas envolvidos e entidades promotoras dos projectos com intervenção na área considerada de forma a racionalizar os recursos na mesma área de intervenção.

##### Artigo 34.º

###### Planeamento integrado e participado

O processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da rede social tem como objectivos a cober-

tura equitativa e adequada de serviços e equipamentos e a rentabilização dos recursos locais e tem como finalidade o desenvolvimento social local através:

- a) Do diagnóstico social (DS);
- b) Do plano de desenvolvimento social (PDS);
- c) Do plano de acção;
- d) Do sistema de informação (SI).

##### Artigo 35.º

###### Diagnóstico social

O DS é um instrumento dinâmico sujeito a actualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da detecção dos problemas prioritários e respectiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

##### Artigo 36.º

###### Plano de desenvolvimento social

1 — O PDS é um plano estratégico que se estrutura a partir dos objectivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS.

2 — O representante da segurança social na comissão mista de coordenação do plano municipal de ordenamento do território, prevista no n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, assegura que o PDS é ponderado na elaboração do plano director municipal respectivo.

3 — O PDS tem carácter obrigatório, tendo uma duração sincronizada com o calendário da Estratégia Europeia.

4 — O PDS integra as prioridades definidas aos níveis nacional e regional, nomeadamente as medidas e acções dos planos estratégicos sectoriais.

5 — O PDS integra ainda a dimensão de género, através de eixos e medidas que promovam a igualdade entre homens e mulheres.

##### Artigo 37.º

###### Operacionalização do PDS

1 — O PDS operacionaliza-se através de planos de acção anuais, a concretizar pelos parceiros locais.

2 — Os planos de acção definem a entidade responsável pelo projecto ou a acção e o respectivo orçamento.

3 — A concretização dos planos de acção ou de algumas das acções ou projectos neles contidos pode ser realizada através de contratos de execução, formalizados entre os parceiros que os vão concretizar.

4 — Os contratos de execução, celebrados nos termos do disposto na alínea c) do artigo 33.º, envolvem os recursos das instituições locais, dos diferentes sectores da Administração Pública disponíveis na comunidade e, ainda, os programas e projectos sectoriais, nacionais e comunitários existentes.

##### Artigo 38.º

###### Sistema de informação

1 — O SI compreende duas dimensões, uma nacional e uma local.

2 — O SI de dimensão nacional, bem como a sua supervisão técnica, é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, I. P., e integra um conjunto de informações e indicadores estatísticos que permitam um conhecimento homogéneo do território nacional.

3— O SI de dimensão nacional integra um fórum *online* que permita a partilha de conhecimentos e experiências entre todos os parceiros das redes sociais.

4— O SI de dimensão local é constituído por um conjunto de suportes e procedimentos que facilitem a troca de informação entre os parceiros, acessível à população em geral.

5— O SI, quer ao nível nacional quer ao nível local, integra indicadores e informação relativa ao impacto da dimensão de género na realidade concelhia.

#### Artigo 39.º

##### Parceres do CLAS

Os PDS, designadamente os desenvolvidos e financiados por entidades públicas, autonomamente ou em parceria, são objecto de parecer prévio, de carácter não vinculativo por parte do CLAS.

#### Artigo 40.º

##### Projectos de parceria

Sempre que a maximização da eficácia e eficiência de projectos ou acções de desenvolvimento social de base local aconselhe a sua realização através de uma parceria de várias entidades, o CLAS pode assumir um papel de coordenação, monitorização e avaliação nestes processos.

#### Artigo 41.º

##### Articulação dos planos de desenvolvimento social com o PNAI

1— Os PDS constituem os instrumentos que promovem a adequação do PNAI, das políticas e das medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais.

2— O SI da rede social, de dimensão nacional, agrega indicadores a partir dos DS e dos PDS locais para o conhecimento mais aprofundado das situações de pobreza e exclusão social e constitui um instrumento para a elaboração de futuros PNAI.

#### Artigo 42.º

##### Articulação dos planos de desenvolvimento social com o PNI

Os PDS constituem os instrumentos que promovem a adequação do PNI aos problemas e necessidades locais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Março de 2006. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita — Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira — Alberto Bernardes Costa — Francisco Carlos da Graça Nunes Correia — Mário Lino Soares Correia — José António Fonseca Vieira da Silva — António Fernando Correia de Campos — Maria de Lurdes Reis Rodrigues.

Promulgado em 18 de Maio de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 22 de Maio de 2006.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.



## DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 0,48



*Diário da República Electrónico*: Endereço Internet: <http://www.dre.pt>  
Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt) • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

### IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

#### LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro  
Fora Vozes  
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra  
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa  
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa  
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa  
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipe de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa  
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa  
Telef. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrião, 10 — 1600-001 Lisboa  
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa  
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto  
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto  
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 20

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa

## Anexo VII - Folheto sobre a “Help Phone” e o Serviço de Teleassistência Domiciliária



### TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA



**O QUE É**

É um serviço assistência permanente, pronta a responder a qualquer situação de emergência, através de um sistema de comunicação rápido e seguro sem a necessidade da existência de um telefone ao alcance da mão, através da ligação a uma central de atendimento 24 horas por dia, 365 dias por ano.

**A QUEM SE DESTINA**

A pessoas idosas ou em situação de isolamento/dependência, grávidas, pessoas doentes, deficientes físicos, a todos aqueles para quem a prevenção, segurança e a tranquilidade sejam objetivos.

**PARA BENEFICIAR**

É efetuada uma avaliação socioeconómica e definido o escalão de pagamento, em função do *Rendimento per Capita*.

Figura 7) Folheto sobre a "Help Phone" e o Serviço de Teleassistência Domiciliária

## Anexo VIII- Folheto acerca do Plano de Contingência Social do CLAS

**EM CASO DE SINTOMAS**  
Tosse, Febre e  
Dificuldades Respiratórias  
**LIGUE 808 24 24 24**

Município de Alcanena

**FIQUE EM CASA** INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO **EMERGÊNCIA NACIONAL**  
**CORONAVÍRUS (COVID-19)** e Municipal

**PLANO DE CONTINGÊNCIA SOCIAL**  
**DO MUNICÍPIO DE ALCANENA**

Se precisar de apoio para **medicamentos**  
 **Compras de primeira necessidade**  
 **informações...**

**FIQUE EM CASA e contacte a Rede Social**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA**  
Email: [social@cm-alcanena.pt](mailto:social@cm-alcanena.pt) Linha **ALCANENA APOIA 249 890 026**  
<https://tinyurl.com/cma-apoio-covid>

**SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (RLIS)**  
Email: [geral.saas@scmtorresnovas.pt](mailto:geral.saas@scmtorresnovas.pt) Telefone: **249 831 056**

**ALCANENA E VILA MOREIRA**  
ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcanena  
Email: [a.cipra@hotmail.com](mailto:a.cipra@hotmail.com) Telemóvel: **926035825**

Associação ABC de Alcanena  
Email: [geral.abc.alcanena@gmail.com](mailto:geral.abc.alcanena@gmail.com) Telemóvel: **962898511**

APAL – Associação de Pais de Alcanena  
Email: [geral@apal.alcanena.pt](mailto:geral@apal.alcanena.pt) | [pemoises@hotmail.com](mailto:pemoises@hotmail.com) Telemóvel **939091340**

Cáritas Interparoquial de Alcanena  
Email: [caritaspalcanena@gmail.com](mailto:caritaspalcanena@gmail.com) Telemóvel: **962681038**

Centro de Bem Estar Social de Alcanena  
Email: [lar@cbesalcanena.org](mailto:lar@cbesalcanena.org) Telefone: **249882448**

ASSIM – Associação de Solidariedade Social Interventiva Moreirense  
Email: [assim.vilmor@gmail.com](mailto:assim.vilmor@gmail.com) Telefone: **249899341**

União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira  
Email: [geral@jf-alcanena-vilamoreira.pt](mailto:geral@jf-alcanena-vilamoreira.pt) Telefone: **249881581**

**OUTROS CONTACTOS ÚTEIS**  
Agrupamento de Escolas de Alcanena  
[aea.agrupamentodealcanena@gmail.com](mailto:aea.agrupamentodealcanena@gmail.com) Telefone: **249887390**

ACES Médio Tejo – UCC Olhos de Água | UCSF Alcanena  
Email: [ucc.oagua.coord@arslvt.min-saude.pt](mailto:ucc.oagua.coord@arslvt.min-saude.pt) Telefone: **249889300**

Guarda Nacional Republicana  
Email: [ct.dtnv.pacn@gnr.pt](mailto:ct.dtnv.pacn@gnr.pt) Telefone: **249882385**

Serviço Local de Segurança Social  
Telefone: **300502502**

Figura 8) Folheto sobre o Plano de Contingência Social do CLAS

## Anexo IX- Folheto “Alcanena Apoia”



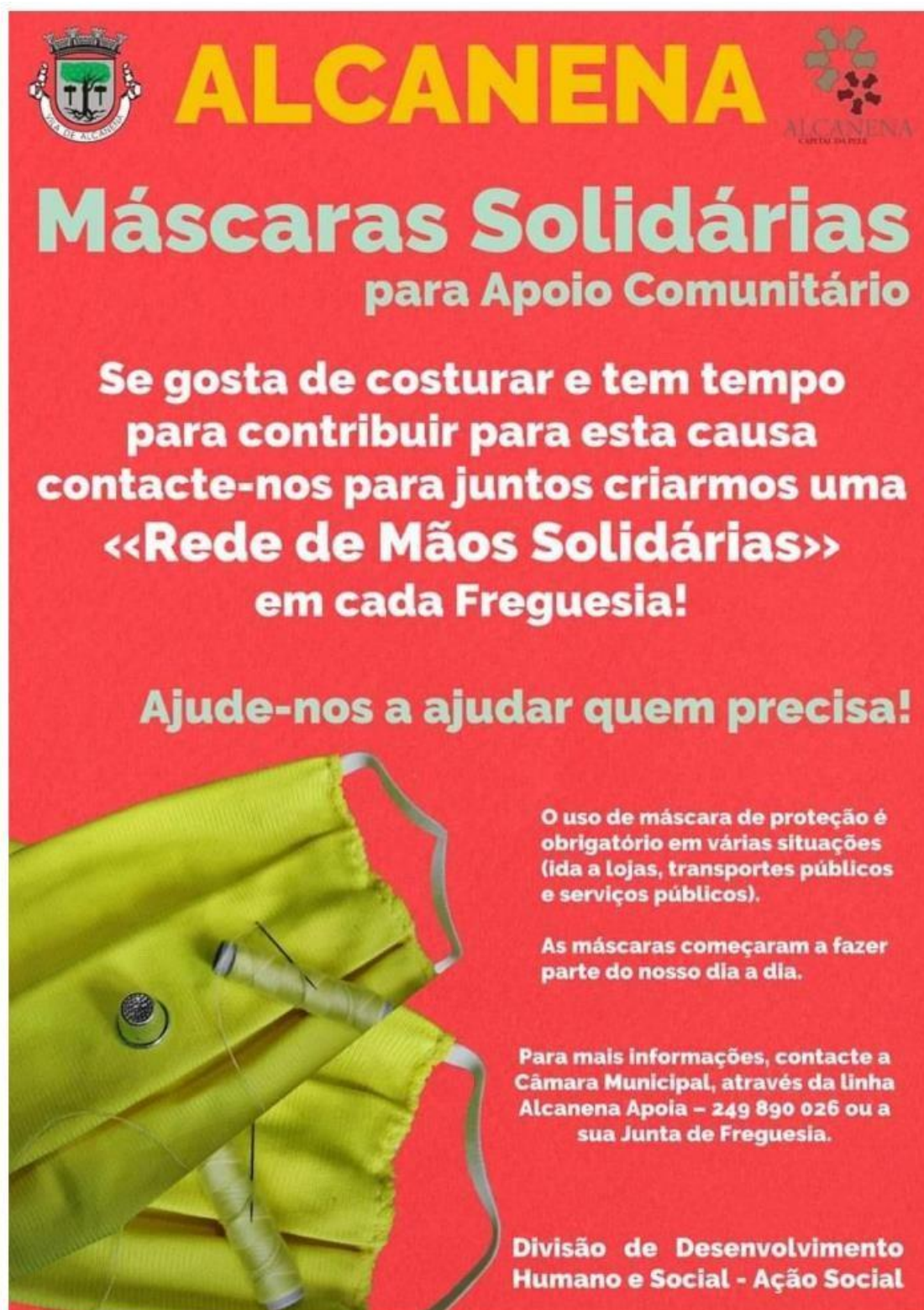
Figura 9) Folheto "Alcanena Apoia"

## Anexo X- Folheto para Apelo Solidário



Figura 10) Folheto para Apelo Solidário

## Anexo XI- Folheto do Projeto “Máscaras Solidárias”



**ALCANENA**

**Máscaras Solidárias**  
para Apoio Comunitário

**Se gosta de costurar e tem tempo para contribuir para esta causa contacte-nos para juntos criarmos uma «Rede de Mãos Solidárias» em cada Freguesia!**

**Ajude-nos a ajudar quem precisa!**

O uso de máscara de proteção é obrigatório em várias situações (ida a lojas, transportes públicos e serviços públicos).

As máscaras começaram a fazer parte do nosso dia a dia.

Para mais informações, contacte a Câmara Municipal, através da linha Alcanena Apoia – 249 890 026 ou a sua Junta de Freguesia.

**Divisão de Desenvolvimento Humano e Social - Ação Social**

Figura 11) Folheto do Projeto "Máscaras Solidárias"

## Anexo XII- Legislação: Portaria n.º 82-C/2020



### TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

#### Portaria n.º 82-C/2020

de 31 de março

*Sumário:* Cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições.

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública. A situação tem evoluído muito rapidamente em todo o mundo e, em particular, na União Europeia.

O Governo, reconhecendo a excecionalidade da situação e emergência desencadeada por este surto, aprovou um conjunto de medidas de caráter extraordinário e temporário, destinadas aos trabalhadores e empregadores afetados pela pandemia da doença COVID-19, onde se incluiu as instituições do setor social e solidário, tendo em vista apoiar a manutenção dos postos de trabalho e mitigar situações de crise empresarial, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de março, e com base no Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro, que define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a concessão, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programa e medidas, primeiramente através da Portaria n.º 71-A/2020, de 15 de março, e, posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março.

Face à rápida evolução da pandemia COVID-19, o Presidente da República decretou, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. O Governo, por sua vez, regulamentou a aplicação da declaração do estado de emergência, através do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, consagrando medidas robustas com vista a prevenir a doença, conter a pandemia, salvar vidas e garantir que os serviços essenciais continuam a ser assegurados.

De forma a apoiar as entidades do setor social e solidário, que têm sido desde sempre parceiras fundamentais do Estado na prestação de serviços de interesse geral às populações em termos não mercantis e na satisfação das necessidades coletivas, e que estão particularmente expostas aos efeitos desta pandemia, que gera situações inoportáveis de sobrecarga nestas entidades, esta Portaria cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» (CEI) e «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições.

Face ao atual estado de emergência sanitária e social, estabeleceu-se um âmbito alargado de potenciais destinatários, incluindo-se não apenas desempregados e outras pessoas à procura de emprego, mas também trabalhadores com contrato de trabalho suspenso ou horário reduzido ou ainda trabalhadores com contrato de trabalho a tempo parcial. Por outro lado, também tendo em conta o presente contexto de emergência, esta medida é alargada a estudantes, designadamente do ensino superior, e formando em cursos de formação profissional em áreas suscetíveis de dar um contributo socialmente útil para as entidades do setor social, podendo também assim aplicar competências e qualificações relevantes para as áreas de atividade das entidades do setor social e solidário.

Para o conjunto dos potenciais destinatários desta medida, serão selecionadas, preferencialmente e sempre que possível, pessoas com perfil e competências ajustadas, ou experiência nas áreas em que enquadram os projetos.



Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 892/2020, de 14 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2020, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objeto e âmbito

1 — A presente portaria cria a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, adiante designada por «medida».

2 — A presente portaria cria, também, um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» (CEI) e «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) aplicável aos projetos realizados nas áreas previstas no número anterior.

#### Artigo 2.º

##### Entidades e projetos elegíveis

1 — São elegíveis à medida as entidades públicas ou pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, que desenvolvam atividade na área social e da saúde, nomeadamente, serviços de saúde, hospitais, estruturas residenciais ou serviços de apoio domiciliário para pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidade, adiante designadas por entidades promotoras.

2 — São elegíveis os projetos referentes a situações de sobrecarga das entidades decorrente da pandemia COVID-19, nomeadamente devido ao aumento da atividade das entidades ou ao impedimento temporário dos seus trabalhadores por motivo de doença, isolamento profilático, assistência a familiares ou dependentes.

3 — Os projetos referidos no número anterior desenvolvem-se no âmbito definido no n.º 1, enquadram-se no conceito de trabalho socialmente útil e têm uma duração de um mês, prorrogável mensalmente até um máximo de três meses, mediante requerimento a remeter ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.).

#### Artigo 3.º

##### Destinatários

1 — Podem ser integradas nos projetos abrangidos pela presente medida as pessoas que se encontrem numa das seguintes situações, desde que não possuam mais de 60 anos e não pertençam aos grupos sujeitos a dever de especial proteção definidos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março:

- a) Desempregados beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio de desemprego parcial, ou subsídio social de desemprego, adiante designados desempregados subsidiados;
- b) Desempregados beneficiários do rendimento social de inserção;
- c) Outros desempregados inscritos no IEFP, I. P.;
- d) Desempregados que não se encontrem inscritos no IEFP, I. P.;
- e) Trabalhadores com contrato de trabalho suspenso ou horário de trabalho reduzido;
- f) Trabalhadores com contratos de trabalho a tempo parcial;
- g) Estudantes, designadamente do ensino superior, e formandos, preferencialmente de áreas relacionadas com os projetos, desde que com idade não inferior a 18 anos.

2 — Os destinatários identificados no número anterior podem ser indicados pelas entidades elegíveis, através de comunicação por correio eletrónico ao IEFP, I. P., nomeadamente no caso de desempregados não inscritos, que devem apresentar declaração para efeitos de inscrição no IEFP, I. P.



3 — A recusa de participação nos projetos abrangidos pela presente medida por parte de desempregados inscritos no IEFP, I. P., não determina a anulação da inscrição.

#### Artigo 4.º

##### Apoio aos destinatários integrados nos projetos

1 — Os destinatários integrados nos projetos referidos no artigo 2.º, ao abrigo da presente medida, têm direito aos seguintes apoios:

- a) No caso dos desempregados subsidiados referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, bolsa mensal complementar de montante correspondente ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS);
- b) No caso dos destinatários referidos nas alíneas b) a g) do n.º 1 do artigo 3.º, bolsa mensal de montante correspondente ao valor de 1,5 vezes o valor do IAS.

2 — O direito à bolsa mensal referida no n.º 1 não prejudica a manutenção do subsídio de desemprego, subsídio de desemprego parcial ou subsídio social de desemprego por parte dos desempregados subsidiados referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nem ao rendimento social de inserção por parte dos desempregados referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, sem prejuízo da aplicação do disposto na Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual.

3 — A entidade promotora deve garantir aos destinatários integrados nos projetos:

- a) Alimentação;
- b) Transporte entre a residência habitual e o local onde decorre a atividade, ou subsídio de transporte até ao valor de 10 % do IAS, mediante comprovativo da despesa;
- c) Integração no seguro de acidentes da entidade promotora, de modo a cobrir os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício das atividades integradas no projeto;
- d) Equipamento de proteção individual adequado à realização da atividade prevista no âmbito do projeto.

4 — Os direitos e deveres dos destinatários no âmbito da atividade socialmente útil a desenvolver nos projetos constam de contrato a celebrar com a entidade promotora, cujo modelo é definido pelo IEFP, I. P.

#### Artigo 5.º

##### Direitos e deveres das entidades promotoras

1 — As entidades promotoras asseguram o pagamento da bolsa a que os destinatários integrados nos projetos têm direito, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, cabendo ao IEFP, I. P., assegurar a comparticipação de 90 % desse montante.

2 — As entidades promotoras asseguram os direitos dos destinatários previstos no n.º 3 do artigo 4.º

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, nas situações em que a entidade não possa assegurar o transporte do destinatário entre a sua residência habitual e o local onde decorre a atividade, o subsídio de transporte referido na alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º é comparticipado integralmente pelo IEFP, I. P.

4 — As obrigações da entidade promotora constam de um termo de aceitação, cujo modelo é definido pelo IEFP, I. P.

#### Artigo 6.º

##### Regime de acesso

1 — O apoio previsto na presente portaria é requerido pela entidade elegível através de formulário a disponibilizar no portal [www.iefponline.iefp.pt](http://www.iefponline.iefp.pt) e remetido aos serviços do IEFP, I. P., por correio eletrónico.



- 2 — O IEFP, I. P. analisa o pedido e emite decisão no prazo máximo de dois dias úteis.  
3 — Após a notificação da decisão de aprovação do projeto, a entidade promotora deve devolver o termo de aceitação da decisão de aprovação ao IEFP, I. P., no prazo de cinco dias úteis.

#### Artigo 7.º

##### Regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos CEI/CEI+ em projetos na área de cuidados de saúde ou de apoio social

1 — O regime extraordinário referido no n.º 2 do artigo 1.º aplica-se aos participantes em medidas CEI e CEI+, reguladas pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na sua redação atual, em projetos realizados nas entidades referidas no artigo 2.º

2 — O regime extraordinário constante da presente portaria é aplicável às candidaturas às medidas CEI e CEI+, decididas após a sua entrada em vigor, bem como àquelas que se encontram em execução, cujos projetos sejam desenvolvidos nas áreas previstas no artigo 2.º, com efeitos a 1 de março de 2020.

3 — A aplicação do presente regime tem a duração de três meses, sem prejuízo da duração dos projetos prevista no n.º 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

4 — As bolsas mensais previstas no artigo 13.º da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na sua redação atual, dos participantes integrados nos projetos sujeitos ao presente regime são majoradas nos seguintes termos:

- a) Majoração no montante equivalente a 0,8 vezes o valor do IAS para os participantes desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego;
- b) Majoração no montante equivalente a 0,5 vezes o valor do IAS para os demais participantes.

5 — A majoração prevista no número anterior é integralmente comparticipada pelo IEFP, I. P., sem prejuízo, para os demais efeitos, da normal aplicação do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 13.º da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

#### Artigo 8.º

##### Regulamentação

O IEFP, I. P., elabora a regulamentação técnica necessária à execução da presente medida, nomeadamente o sistema de pagamentos.

#### Artigo 9.º

##### Avaliação

As medidas previstas na presente portaria são objeto de avaliação regular por parte da Comissão Permanente da Concertação Social.

#### Artigo 10.º

##### Vigência e entrada em vigor

1 — A presente portaria vigora pelo período de três meses, com possibilidade de prorrogação em função da avaliação feita.

2 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*, em 31 de março de 2020.

113158518

## Anexo XIII – Compromisso de Honra do Orientador



### Compromisso de honra do Orientador

Eu José Carlos Laranjo Marques, Professor Coordenador Principal da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, orientador de Jéssica Antunes, aluna do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, declaro sob compromisso de honra que a investigação “A Importância da Mediação Social num Cenário Pandémico e Pós-Pandémico em Contexto Autárquico” foi planificada em total conformidade com os princípios éticos e normas deontológicas vigentes.

Data: 30 / 05 / 2022

Assinatura:

A handwritten signature in blue ink, reading 'José Carlos Laranjo Marques', written over a horizontal line.

## Anexo XIV – Declaração sobre as Faltas por Acompanhamento Familiar por Suspensão de Atividades Escolares

### COVID-19

#### Declaração sob Compromisso de Honra

Falta Acompanhamento Familiar por Suspensão de atividades escolares

Eu, \_\_\_\_\_, trabalhador (a) do Município com a categoria de \_\_\_\_\_, exercendo funções na Câmara Municipal de Alcanena, com responsabilidade parentais, filho/a (os/as) menores de 12 anos (Inclusive), face à Resolução de Conselho de Ministros de 12 de março de 2020, e no âmbito das medidas excecionais de prevenção do COVID-19, na suspensão das atividades letivas (escolas, Creches e ATL'S), a partir de 16 de março a 9 de abril, declaro sob compromisso de honra:

Irei incorrer em falta justificadas por força da suspensão das unidades escolares, com finalidade de distanciamento social, no seguinte período (s) \_\_\_\_\_

Mais declaro que a atividade profissional do meu cônjuge o impossibilita de acompanhamento parental no referenciado período.

Alcanena, \_\_\_\_\_ de março de 2020

Assinatura

## Anexo XV – Guião das Entrevistas Semiestruturadas

### GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação do Município:

---

Nome do(s) Entrevistado(s):

---

Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

<b>Tópicos/Problemáticas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>1. O município e a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De for forma a ação do município foi afetada pela pandemia?</li></ul>
<b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</li></ul>
<b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus munícipes, bem como as máximas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li></ul>

	<p>pretendidas com a aplicação das mesmas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> <li>• Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?</li> <li>• Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?</li> <li>• Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?</li> </ul>
<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul>

## Anexo XVI – Entrevistas Semiestruturadas

**Identificação do Município:** Município de Alcanena

**Nome do(s) Entrevistado(s):** ENTREVISTADA Nº1

**Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):** Chefe de Divisão

**Data:** 17/08/2022

Tópicos/Problemáticas	Objetivos	Questões
<p><b>1. O município e a pandemia.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De forma a ação do município foi afetada pela pandemia?</li></ul> <p><i>A um nível geral, tanto o município de Alcanena como diversos outros municípios foram afetados pela pandemia. Apesar de todos os serviços estarem fechados, a ação social esteve sempre ativa e pronta a colaborar.</i></p> <p><i>Os impactos, obviamente, foram grandes, em especial ao nível institucional, bem como ao nível comunitário. Esta nova realidade fez com que as pessoas tivessem de se readaptar, dado às novas contingências impostas, com questões como o próprio teletrabalho, das medidas impostas. Contudo e a meu ver acho que os serviços vieram adaptar-se bem a esta realidade, e conseguiram dar respostas positivas.</i></p> <p><i>Não podemos esquecer o facto de o município ter passado por uma situação nova, as pessoas tiveram muitos receios, medos e coube aos técnicos andar no terreno para poder dar respostas e soluções a muitas destas questões. A nível social os técnicos estiveram sempre disponíveis e a trabalhar, tanto no apoio a retaguarda das próprias instituições, em</i></p>

		<p><i>especial às instituições responsáveis pela pessoa idosa, uma vez que esta era das populações destacadas como as mais vulneráveis face à situação pandémica. A ação social tentou sempre corresponder, de apoiar e estar ao lado de todas estas instituições existentes no município. O CLAS reunia semanalmente, com a segurança social, com os parceiros no terreno, de forma a implementar medidas para que pudessem colmatar as necessidades das instituições e as próprias necessidades comunitárias.</i></p>
<p><b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</li> </ul> <p><i>Foram desenvolvidas medidas de articulação com a saúde pública, medidas restritivas face ao covid, mas também medidas de apoio social, tais como são exemplo o cabaz solidário, com os projetos de apoio à infância, apoio aos idosos, íamos levar os medicamentos a casa, alimentação, tanto às crianças como às próprias famílias mais carenciadas, o apoio às questões da violência doméstica. Nunca deixámos questões de violência doméstica sem apoio de retaguarda. Nós temos uma estrutura de apoio à vítima em Alcanena, e essa estrutura nunca deixou estas pessoas desamparadas, especialmente nesta altura, todas estas questões foram monitorizadas durante a pandemia.</i></p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li> </ul>

<p><b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b></p>	<p>que a autarquia tem fomentado junto dos seus municípios, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.</p>	<p><i>Como em todos os territórios e quando surge um fenómeno novo, há de facto uma destruturação em todos nós. Mas tanto ao nível social, como ao nível institucional, todos os parceiros, com os poucos recursos disponíveis, fizemos o melhor que sabíamos, houve um envolvimento forte das pessoas para corresponder às necessidades do terreno, o próprio agrupamento de escolas que veio dar resposta a necessidades tais como a distribuição de computadores portáteis aos alunos que não os tinham, na questão da alimentação, não houve situações que ficassem desamparadas.</i></p> <p><i>No entanto quando pensávamos que isto iria trazer ao nível das famílias, muita solidariedade social e muito reforço da solidariedade social, à medida que nos vamos adaptando à realidade social, sentimos que também não é bem assim. As pessoas adaptaram-se, mas há ainda muita coisa a se fazer, há muito por construir, há pontes que tem de ser construídas, a nível das instituições, com as pessoas, um apoio direto no terreno... e o problema de tudo isto acaba por ser os recursos, e a redistribuição destes mesmos recursos e projetos.</i></p> <p><i>A Doutora Joaquina Madeira, alguém que admiro muito, diz assim: não é só preciso dar a cana, é preciso que haja a cana, é preciso que haja o peixe e é preciso que a pessoa ou as pessoas estejam disponíveis para pescar, e a intervenção social hoje em dia é de facto um desafio, um desafio para quem está no terreno, para os técnicos sociais, na forma de agirem.</i></p>
---	---	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> </ul> <p><i>Esta pergunta de certo modo acaba por já ter sido respondida ao longo da nossa entrevista.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?</li> </ul> <p><i>Eu acho que as tensões maiores foram ao nível das instituições, em especial com os lares, devido ao receio que se fazia sentir, sobre o medo dos surtos que se pudessem vir a propagar, aqui as tensões foram mais com o município, a segurança social.</i></p> <p><i>Nós estávamos articulados, mas as instituições e nós próprios estávamos numa situação nova e desconhecida que veio dificultar um pouco todo o processo.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?</li> </ul> <p><i>Foram ao nível da gestão e de uma monitorização quase diária, e dizer que a ação social não podia ir para casa, a ação social esteve a trabalhar quase 24 horas sob 24 horas, as reuniões foram imensas. A monitorização foi diária, tanto a nível da saúde pública, da proteção civil, do social, um trabalho multidimensional e em rede.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas</li> </ul>
--	--	---

		<p>locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?</p> <p><i>Tudo isto foi uma forma de provarmos que quando todos nos unimos é possível haver uma resposta concertada entre todos, quando de facto nos unimos e trabalhamos numa parceria autêntica, e apesar de haver certos constrangimentos houve também uma resposta adequada à situação do terreno. A saúde pública, o social, a proteção civil, estiveram sempre lado a lado das instituições numa resposta adequada à situação do momento, que era de facto difícil para todos. E isso ensinou-nos, ajudou-nos a crescer e que é possível fazer frente a situações desconhecidas e inesperadas como esta. A mediação foi sem dúvida um mecanismo fundamental em todo este processo, e de forma a regulamentar a nossa atuação também.</i></p>
<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul> <p><i>Transformou em muito. Nomeadamente a questão da introdução do teletrabalho, as reuniões à distância. Isto ao mesmo tempo também veio gerar uma janela de oportunidades, tanto ao nível da intervenção social como comunitária.</i></p>

**Identificação do Município:** Município de Alcanena

**Nome do(s) Entrevistado(s):** ENTREVISTADA Nº2

**Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):** Técnica Superior de Educação Social

**Data:** 21/07/2022

<b>Tópicos/Problemáticas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>1. O município e a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De for forma a ação do município foi afetada pela pandemia?</li></ul> <p><i>Na minha opinião, a ação social que foi eventualmente afetada em tempos de pandemia, pelo constrangimento de estarmos, portanto, condicionados presencialmente, devido ao estipulado pelo plano de contingência. Contudo, o serviço da ação social funcionou sempre como forma de retaguarda e de apoio aos cidadãos, aos munícipes a quem mais precisava e também solicitava os nossos serviços. No fundo, estivemos sempre a trabalhar. Os constrangimentos deviam-se ao plano de contingência e à proximidade com as pessoas que não se podia ter, não é? Mas basicamente isso. Porque, no fundo, o serviço social foi sempre um serviço de primeira linha, de proximidade com as pessoas e de ajuda às pessoas.</i></p>
<b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</li></ul> <p><i>No âmbito desse contexto pandémico, o serviço sempre esteve a funcionar, como referi anteriormente, como retaguarda. Adotamos algumas medidas, as medidas de proteção individual, no caso, quando tínhamos de estar em proximidade com os utentes e na prestação dos serviços. O agendamento prévio, portanto, para alguns atendimentos.</i></p> <p><i>No meu caso, no caso concreto do Gabinete de Inserção Profissional, o qual</i></p>

		<p><i>sempre esteve a funcionar e dinamizo com o agendamento prévio, com o reforço de um atendimento à distância através do e-mail de telefone ou reforço, uma vez mais, no tal agendamento prévio com todas as medidas do plano de contingência para nos protegermos a nós colaboradores e também aos nossos utentes. Contudo, o serviço continua sempre a trabalhar, a funcionar e a prestar o melhor serviço às pessoas.</i></p>
<p><b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus municípios, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li> </ul> <p><i>Sim, ao nível dos constrangimentos, eu considero que os há sempre, porque o atendimento social prioriza sempre o presencial, porque a proximidade com as pessoas e o acolhimento às pessoas e tal não foi possível da mesma maneira. Isso foi um constrangimento muito grande. Contudo, existem sempre potencialidades porque surgiram novas formas de trabalhar à distância através do email. E, como referi, uma vez mais o atendimento continua a ser feito, mas desta forma sempre que possível, por parte das pessoas que tinham acesso a meios de comunicação, nomeadamente informáticos. O serviço é uma potencialidade, portanto, que surgiu e que vai e vai reforçar de algum modo esta nova modalidade de atendimento à distância, através de respostas que as pessoas possam ter da mesma maneira, mas no conforto de casa, através das redes existentes.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> </ul> <p><i>Esse desafio foi potencializado por agarrarmos novas formas de trabalhar, sem nunca deixar as pessoas desamparadas. E, portanto, os cidadãos</i></p>

		<p><i>continuam a ter uma resposta e nós tivemos de adotar novas medidas de trabalho. Também por sua vez, os cidadãos tiveram de adotar novas medidas de solicitar a nossa colaboração nos diversos serviços da ação social de uma forma transversal, penso que, no fundo, este foi o desafio principal.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?</li> </ul> <p><i>Foram imensas situações. Para já, uma situação nova em si, o facto de dar resposta às pessoas com medidas, com regras, obedecendo a um plano de contingência face à pandemia que se estava a viver e encontrarmos formas de dar resposta aos problemas, aos assuntos das pessoas, com as ferramentas que tínhamos ao dispor. Portanto, não foi fácil. Porque essa preparação não estava planeada nem acautelada. Contudo, a cada dia que ia passando as medidas que iam surgindo, novas medidas, adotar novos procedimentos, novas formas de trabalhar sempre em prol das pessoas e não colocando ninguém em risco porque estávamos num plano de contingência, num plano pandémico.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?</li> </ul> <p><i>Essa resposta, eu creio que em grande parte deve ser dada pela pelas nossas chefias, porque nós obedecemos a normas do município, seguimos uma estrutura orgânica. Temos uma hierarquia, uma estrutura orgânica e obedecemos, portanto, às normas que vêm sempre a partir de reuniões, de despachos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das</li> </ul>
--	--	--

		<p>respostas locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?</p> <p><i>Faz toda a diferença e fez toda a diferença, sempre trabalhámos dessa forma e continuamos a trabalhar dessa forma. Mas nesse momento fulcral da pandemia, os parceiros são fundamentais para que tudo funcione bem. E sim, houve uma articulação bastante positiva da parte de todos.</i></p> <p><i>A mediação intercultural, aqui para nós no serviço da ação social sempre foi ininterrupta, e hoje cada vez mais até porque somos um concelho que também dispõe do serviço de CLAIM, portanto um serviço do Alto Comissariado das Migrações, recebemos migrantes de vários países mas os mais verificados são cidadãos vindos do Brasil, Índia, Ucrânia, Moldávia, Venezuela, e esta questão da multiculturalidade é deveras importante uma vez que nós temos de colaborar com estas pessoas da melhor maneira possível, atendendo às suas versatilidades e suscetibilidades, mas também de algum modo fazer com que estas pessoas percebam o país para onde migraram, onde se inserem, isto a diversos níveis, quer ao nível social, cultural, educacional como também ao nível do emprego. Claro que o trabalho da mediação é incansável e há que ser feito com eles durante o atendimento, para a sua melhor integração e acompanhamento.</i></p>
<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul> <p><i>Afetou e eu creio que de alguma forma positiva, e dizer, por exemplo, que no âmbito do gabinete inserção profissional, determinados procedimentos não eram executados no gabinete, portanto, estavam</i></p>

		<p><i>centralizados no Serviço de Emprego Torres Novas, que é aquilo a que estamos afetos aqui no município de Alcanena, e efetivamente a deslocalização ou, como direi, de uma outra forma, a simplificação de procedimentos vem, portanto, de forma positiva, afetar o serviço.</i></p> <p><i>Por exemplo, um cidadão que tinha de fazer uma inscrição no serviço de emprego com o requerimento de subsídio de desemprego só podia fazê-lo até essa altura no serviço de emprego, esses serviços são, de certa forma desbloqueados e para benefício dos cidadãos e também para uma descentralização do serviço, uma transversalidade do mesmo, para que tudo funcione da melhor maneira. A maior parte dos serviços afetos podem ser feitos aqui, sempre que no âmbito dos requisitos do IEF, ou seja, uma maior consolidação veio aqui ser permitida.</i></p>
--	--	--

**Identificação do Município:** Município de Alcanena

**Nome do(s) Entrevistado(s):** ENTREVISTADA N°3

**Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):** Técnica Superior

**Data:** 25/07/2022

<b>Tópicos/Problemáticas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>1. O município e a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De for forma a ação do município foi afetada pela pandemia?</li></ul> <p><i>Foi muito afetada, foi afetada a vários níveis, desde logo pela relação com os munícipes, com as alterações que isso provocou no atendimento, nos constrangimentos do acesso do público, às instalações, aos serviços, por um lado, mas também por outro, pelo acréscimo de serviço, sobretudo na área social, proteção civil, tudo aquilo que são os serviços de apoio às populações mais vulneráveis, e aí teve um grande impacto na dinâmica e em todo o trabalho do município.</i></p>
<b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</li></ul> <p><i>Tivemos os serviços de proximidade às pessoas, implementámos um plano de emergência social que tinha várias dimensões em que incluía as dimensões dos nossos parceiros, tudo aquilo que os nossos parceiros fizeram, as medidas implementadas, as medidas de contingência, mas também as nossas próprias medidas diretamente do município.</i></p> <p><i>Os serviços de proximidade, desenvolvemos um sistema de pedido de apoio para a aquisição de bens de primeira necessidade das pessoas, para as pessoas que não podiam sair de casa ou para aquelas que estavam infetadas e não tinham quem lhes fizesse esses serviços ou para aquelas que não tinham família de retaguarda.</i></p> <p><i>Portanto logo aí foi um trabalho muito grande de aproximação às pessoas, em especial às de maior vulnerabilidade.</i></p> <p><i>Foram, ainda, implementadas muitas medidas, um plano muito extenso, com apoios diretos</i></p>

		<p><i>em bens materiais, em alimentos. Desencadeámos fornecimento de refeições aos próprios alunos que estavam em casa. Não foram sentidos grandes entraves nas nossas ações, uma vez que nós já tínhamos uma boa coordenação, uma boa organização com os parceiros sociais, acho que tudo isto acabou por ser facilitado, também, pelo facto de nós termos reuniões do Conselho Local de Ação Social todas as semanas. Isso acabou por nos envolver muito, nós nunca parámos. Embora tivéssemos as portas fechadas, estivemos sempre a trabalhar, asseguramos os atendimentos à distância.</i></p>
<p><b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus munícipes, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li> </ul> <p><i>Houve várias realidades, várias situações. Houve pessoas que ficaram afetadas diretamente pelos seus trabalhos, e situações como essa foram prejudiciais dentro do seio familiar, acabando por causar desequilíbrios, afetando os rendimentos, mas por um outro lado veio trazer uma dimensão nova, fomentando realidades alternativas em comparação com as que viviam no seu dia a dia recorrente. Tivemos de ajudar a fazer face a estas novas realidades enfrentadas pelos agregados familiares, sendo necessário no decorrer deste tempo ir fazendo reavaliações para não incorrerem em situações de injustiça, ou de situações nas quais esse tipo de apoio deixava de ser justificável. 2020 e 2021 foram anos muito trabalhosos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> </ul> <p><i>Os maiores desafios estão relacionados com o facto de sabermos a todo o momento qual era a situação, uma das situações mais desafiantes estava relacionada com a questão dos lares e dos surtos nos mesmos. Na comunidade propriamente dita, claro que houve ainda algumas situações nas escolas, mas de uma forma geral não eram situações do ponto de</i></p>

*vista da saúde muito graves, de forma que conseguíamos ultrapassá-las recorrendo ao trabalho em rede.*

- Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?

*Quanto às tensões acabamos por ir neste mesmo sentido, uma vez que tivemos de elaborar planos de contingência ao nível da rede social e implementá-los, tivemos de analisar os espaços mais adequados para os desenvolver. A segurança social veio ser uma entidade essencial durante este processo, trabalhámos desde o início sempre muito em parceria.*

- Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?

*Eu acho que foi sobretudo o diálogo permanente e constante e foi o facto de implementarmos as reuniões todas as semanas do CLAS, os primeiros meses foram semanais. Mesmo o trabalho desenvolvido ao nível da Proteção Civil, que foi fundamental, porque eles iam acompanhando dia a dia, hora a hora os casos. Foram feitas várias deliberações de câmara, para que as pessoas infetadas pela covid não tivessem de pagar, de forma a facilitar os apoios, o facto de estarmos muito próximos, o reunirmos constantemente e o facto de existir uma definição coesa do papel de cada um, o diálogo, a cooperação foram estratégias chave para tal.*

- Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?

*Foi numa mesma linha, o que foi feito a nível municipal, foi o que foi feito a nível supramunicipal, ou seja, houve uma grande*

		<p><i>articulação entre a comunidade intermunicipal e entre, sobretudo, as estruturas da saúde e segurança social, houve muito este papel mediador, especialmente entre os diversos parceiros.</i></p>
<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul> <p><i>Transformou. Nós tivemos logo estruturado, ou seja, um plano de emergência social, não estando sempre a fazer atuações avulsas, reunimos estratégias, quer do município diretamente quer dos parceiros, e estabeleceram-se aí contactos e medidas importantes.</i></p> <p><i>Como foi uma estratégia elaborada, e não simples ações avulsas permitiu-nos irmos sempre avaliando, monitorizando, alterando o que era necessário. Foi sempre um desafio, dentro daquilo que fazíamos, mas fizemos sempre dentro do nosso espírito de equipa, que foi o principal.</i></p>

**Identificação do Município:** Município de Alcanena

**Nome do(s) Entrevistado(s):** ENTREVISTADA Nº4

**Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):** Assistente Técnica

**Data:** 25/07/2022

<b>Tópicos/Problemáticas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>1. O município e a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De forma a ação do município foi afetada pela pandemia?</li></ul> <p><i>Foi afetada, para já, pela novidade, pelo facto de nunca termos passado por tal situação, e depois pelo impacto que teve na própria sociedade.</i></p>
<b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</li></ul> <p><i>O apoio social, o apoio às famílias que ficaram afetadas, o apoio alimentar, na distribuição de equipamentos às entidades parceiras, nomeadamente às instituições de solidariedade existentes no concelho e na parte do centro de rasteio.</i></p>
<b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus munícipes, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li></ul> <p><i>Eu acho que a pandemia veio unir os parceiros sociais, as entidades e as instituições existentes no nosso concelho. Foi uma parceria inesperada e que deu alguma luta, mas que deu frutos.</i></p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> </ul> <p><i>Os maiores desafios acabaram por se cingir à existência de uma articulação entre todos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?</li> </ul> <p><i>Sim as tensões, foram sem dúvida relacionadas com as formas como devíamos ultrapassar esta situação.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?</li> </ul> <p><i>As estratégias foram as reuniões constantes, o trabalho em rede, a articulação entre todas as entidades e o diálogo constante e ativo.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?</li> </ul> <p><i>Foi importante na gestão e na resolução dos problemas que iam surgindo, sem a ajuda da mediação seria muito mais difícil gerir os problemas que iam surgindo. Também é importante no que toca à avaliação e resolução das próprias questões sociais que iam surgindo.</i></p>
--	--	---

<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul> <p><i>Transformou sem dúvida, mas foi uma transformação positiva, porque tornou a equipa e a rede mais unidas, e ajudou a que pusemos em prática mecanismos novos, pois a pandemia veio colocar-nos todos à prova e sem união e trabalho em equipa era impossível resolver os problemas que nos iam surgindo.</i></p>
---	---	---

**Identificação do Município:** Município de Alcanena

**Nome do(s) Entrevistado(s):** ENTREVISTADA N°5

**Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):** Técnica Superior

**Data:** 10/09/2022

<b>Tópicos/Problemáticas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>1. O município e a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De for forma a ação do município foi afetada pela pandemia? <i>O Município teve um papel preponderante na divulgação da formação sobre as matérias do Covid19, bem como na articulação entre todos os parceiros locais, regionais e nacionais, de forma a garantir a implementação das medidas de contingência, conseguindo prevenir as situações de contágio no concelho de Alcanena.</i></li></ul>
<b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</i> <i>Podemos destacar diversas medidas. As primeiras medidas tiveram efeito a 04/03/2020:</i><ul style="list-style-type: none"><li>✓ <i>Foi criado um grupo para o acompanhamento do Plano de Contingência;</i></li><li>✓ <i>Foi solicitado ao grupo que atualizasse o anterior Plano de Contingência (isto em março de 2020) – PCI_GRIPE A – de junho de 2009, com base nas novas recomendações da DGS.</i></li></ul><i>A 13/03/2020:</i></li></ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Procedeu-se à suspensão das atividades, com a possibilidade dos trabalhadores com responsabilidades parentais se ausentarem, justificadamente, do serviço para acompanharem os filhos com a questão do distanciamento social;</i></li> <li>✓ <i>Sucederam-se reuniões com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Agrupamento Escolar e Município de Torres Novas, para se proceder de uma forma mais célere à implementação dos procedimentos necessários;</i></li> <li>✓ <i>Inicialmente foi criada, também, uma ficha – Declaração sob Compromisso de Honra para Faltas de Acompanhamento Familiar por Suspensão de Atividades Escolares.</i></li> </ul> <p><i>A 16/03/2020, deu-se a possibilidade de adoção de formas alternativas de trabalho:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Suspensão de atividades letivas e formativas;</i></li> <li>✓ <i>Isolamento profilático;</i></li> <li>✓ <i>Apoio excecional à família, para trabalhadores por conta de outrem;</i></li> <li>✓ <i>Recurso ao teletrabalho;</i></li> <li>✓ <i>Encerramento dos equipamentos desportivos;</i></li> <li>✓ <i>Encerramento do campo de ténis e campos de jogos da responsabilidade municipal;</i></li> </ul>
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Condicionamento à entrada de apenas 1 pessoa em simultâneo, em instalações sanitárias, públicas;</i></li> <li>✓ <i>Encerramento da feira municipal semanal (exterior);</i></li> <li>✓ <i>Condicionamento da entrada a 20 pessoas, no mercado de venda de produtos essenciais, para fins de 1ª necessidade.</i></li> </ul> <p><i>Na data de 17/03/2022 procedeu-se:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>À reorganização dos recursos humanos (em cada serviço/sala/gabinete de trabalho)</i></li> <li>✓ <i>À rotatividade entre trabalhadores;</i></li> <li>✓ <i>À adequada limpeza e higienização de espaços;</i></li> <li>✓ <i>À disposição de desinfetantes em todos os locais de trabalho.</i></li> </ul> <p><i>A 18/03/2020, foi delineado um novo plano de contingência – revisão da 1ª versão:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Dotando o corpo de bombeiros com formação e sempre disponíveis.</i></li> </ul> <p><i>A 22/04/2020:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Permitida a justificação da ausência dada pelos trabalhadores até ao final do ano letivo, com filhos menores a 12 anos ou com deficiência ou doença crónica, sem a perda de qualquer remuneração;</i></li> <li>✓ <i>Nomeadamente nas instituições particulares, de solidariedade social, apoio a pessoas vulneráveis, idosas, deficientes, crianças e jovens em risco – o município suportou a remuneração e encargos com estes trabalhadores.</i></li> </ul>
--	--	---

		<p>A 26/04/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Houve a publicação e divulgação do 2º Plano de Contingência do Município de Alcanena.</li> </ul> <p>A 02/05/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O estado de emergência nacional e o municipal foram mantendo, no entanto, algumas medidas preventivas de distanciamento e circulação.</li> </ul> <p>Em junho de 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram organizadas ações-formações às assistentes operacionais dos edifícios da CMA e das escolas sobre a higienização e desinfeção de espaços;</li> <li>✓ Foram, também, realizados testes COVID aos trabalhadores do Município e trabalhadores de outras entidades que tenham contacto com públicos vulneráveis ou que trabalhem em áreas de serviços essenciais.</li> </ul> <p>Nas datas de 4, 5 e 6 de maio de 2020 foi fornecida uma ação de formação para a preparação de assistentes operacionais, para trabalharem com o público vulnerável, ministrado pela CIMT.</p> <p>Em 2020 colaboramos com o processo da vacinação, que contou, também, com as diversas entidades e esferas da sociedade. Tivemos um papel incansável para dar resposta às necessidades sociais e de saúde que derivaram desta realidade pandémica. Com as nossas infraestruturas, recursos e disponibilidade de todos originaram-se</p>
--	--	--

		<p><i>respostas competentes, sólidas e eficazes à crise sanitária se veio fazer sentir.</i></p> <p><i>Trabalhámos lada o lado com a Proteção Civil, com as autoridades, com a Segurança Social, com o setor da saúde.</i></p> <p><i>Em 2022 uma das medidas adotadas pelo governo com vista à prevenção, contenção e mitigação da transmissão do vírus, resultou da aplicação de testes para a deteção do SARS-COV-2.</i></p> <p><i>No final de 2021 e atendendo ao nível crescente de casos, foi alargada a toda a população a testagem e o número de testes disponibilizados.</i></p> <p><i>A 07/01/2022 o município veio abrir um centro de testagem municipal (CTM), envolvendo farmácias locais, proteção civil, trabalhadores do município e voluntários. Foram realizados 3389 testes. AS despesas foram asseguradas pelo município e foi dada resposta à população, enquanto, que em simultâneo, ajudou-nos a conhecer a evolução pandémica no nosso concelho.</i></p>
<p><b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus munícipes, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li> </ul> <p><i>A sociedade passou por uma crise provocada pela Covid19. O confinamento foi um período que representou um esforço por parte de todos, entidades, famílias, escolas, etc. O isolamento diminuiu os laços, as ligações sociais, a proximidade</i></p>

		<p><i>física, os encontros sociais, provocando um aumento significativo das restrições sociais.</i></p> <p><i>Assistiu-se a uma interrupção das relações sociais, e conseqüentemente a um desligamento social durante a pandemia, e não pode haver sociedade, nem família que se baseie na falta de relações sociais, sejam elas a que nível forem.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> </ul> <p><i>Houve alterações significativas na vida dos cidadãos e nas sociedades em geral, o que acarretou riscos ao desenvolvimento social e humano. Existiu uma necessidade de implementar e praticar medidas de forma a melhorar a qualidade de respostas a vários níveis, para diminuir as desigualdades sociais que se geraram.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?</li> </ul> <p><i>A pandemia alterou a vida das pessoas, a nível social individual e relacional, afetando a saúde mental das pessoas, em especial das mais idosas. As tensões sociais sentidas foram, especialmente, relativas ao medo de contágio, ao medo do desconhecido, do risco de infeção e do isolamento social.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?</li> </ul>
--	--	--

*Foi necessário que a organização tomasse conta e cuidasse dos seus trabalhadores, do ponto de vista humano, tendo em conta que seria necessário manter a produtividade, garantir socorro e os serviços mínimos, mantendo a saúde psicológica e o bem-estar comunitário. Existiu um acompanhamento muito próximo aos trabalhadores, reforçando-se os meios de comunicação, procurando, assim, reconhecer e validar sentimentos de ansiedade, medo e preocupação que se faziam sentir.*

- *Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?*

*A situação continua a colocar-nos desafios que devem ser encarados com confiança, e devem, também, continuar a convocar o melhor que há em todos nós.*

*A autarquia, devido ao início da Pandemia, formou uma equipa de trabalho composta por vários trabalhadores, esta equipa organizou estratégias, com fim a responder a situações de crise, também organizou locais de resposta a possíveis surtos, apoiou a vários níveis, manteve-se os serviços sempre em funcionamento.*

*Manteve-se, também, os serviços sempre em funcionamento, organizando-se escalas de equipas de 1ª intervenção, assim como se colaborou com as diversas entidades de*

		<p><i>1ª linha e, manteve-se, sempre, a disponibilidade para agir em casos de surto, foi desta forma que se veio desenvolver o papel da mediação entre as diferentes entidades da região.</i></p>
<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul> <p><i>Sim, penso que a pandemia veio transformar em muito certas áreas de intervenção. Esta foi um “misto” de medo do desconhecido e de aprendizagem. Creio que a ação autárquica foi proporcional, flexível e consistente, apresentando um enquadramento legal, mas também social, tivemos sempre presente o princípio da precaução.</i></p> <p><i>Contribuímos e assumimos atualmente um papel preventivo e de controlo do COVID19, tanto na sua fase de aparecimento, como de evolução e posteriormente de avagamento.</i></p> <p><i>Colocámos sempre ao dispor de todos, os meios e instrumentos imprescindíveis à intervenção necessária.</i></p> <p><i>Reforçamos e demos sempre continuidade às diversas renovações de estados epidemiológicos, contribuímos com várias medidas para travar a situação de aparecimento local, adotando regras, comportamentos e ações responsáveis.</i></p>

		<p><i>Esta nova fase permitiu-nos olhar para o futuro com otimismo, sem nunca esquecer a cautela e a responsabilidade a que estamos obrigados, enquanto entidade pública.</i></p> <p><i>A pandemia, ainda, não acabou, o sistema tem que continuar a funcionar, aumentando ou reduzindo o esforço essencial, consoante as necessidades sentidas.</i></p>
--	--	--

**Identificação do Município:** Município de Alcanena

**Nome do(s) Entrevistado(s):** ENTREVISTADA N°6

**Cargo/Categoria Profissional do(s) Entrevistado(s):** Técnica Superior de Serviço Social

**Data:** 25/07/2022

<b>Tópicos/Problemáticas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>1. O município e a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perceber os impactos da pandemia;</li><li>• Conhecer a multiplicidade de ações provenientes da autarquia, mediante as necessidades sociais presentes no município.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• De for forma a ação do município foi afetada pela pandemia?</li></ul> <p><i>Foi afetada no sentido em que não foi possível efetuarmos atendimentos, tivemos que arranjar alternativas porque o serviço esteve condicionado devido às normas impostas pelo Plano de Contingência. Tivemos de nos readaptar a este novo contexto e, conseqüentemente, readaptar a nossa intervenção-ação.</i></p>
<b>2. Perspetiva municipal quanto à sua atuação durante a pandemia.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Entender a perspetiva autárquica sobre as medidas implementadas face a esta situação pandémica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Que medidas é que a instituição desenvolveu para responder a novas realidades derivadas deste novo contexto (pandémico)?</li></ul> <p><i>As medidas desenvolvidas acabaram por ser mais ao nível da articulação com os diversos parceiros sociais existentes, de forma a realizarmos uma intervenção mais coesa e sustentável.</i></p>

<p><b>3. Estratégias de atuação presentes na área social.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percecionar os tipos e variedades de intervenções que a autarquia tem fomentado junto dos seus munícipes, bem como as máximas pretendidas com a aplicação das mesmas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida a pandemia contribuiu para a promoção da coesão social e/ou para a desestruturação dessa mesma coesão?</li> </ul> <p><i>Acredito que a realidade pandémica veio ter um contributo inigualável no que toca à promoção da coesão social, uma vez que veio reforçar mecanismos de intervenção social, bem como proceder a uma reorganização na gestão social, de forma a poder dar resposta a esta nova realidade.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais foram os maiores desafios, ao nível social, durante o período pandémico?</li> </ul> <p><i>Os maiores desafios foram em relação a questões tais como o contacto e a proximidade sociais, bem como própria articulação dos meios sociais.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que tipo de tensões se verificaram na ação da câmara neste período?</li> </ul> <p><i>As tensões verificadas acabam por culminar muito com a questão anterior, creio mais uma vez que a questão da</i></p>
---	---	--

		<p><i>articulação e gestão da valência do social foi afetada por este período de incertezas trazido pela pandemia.</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Quais as estratégias adotadas pela autarquia na gestão de conflitos?</li></ul> <p><i>As estratégias adotadas foram na existência de uma articulação mediada entre os parceiros sociais existentes, num diálogo perante e constante e no trabalho em rede.</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Quais os desafios enfrentados pela autarquia na coordenação das respostas locais à pandemia? E de que forma se desenvolveu o papel de mediação entre as diferentes entidades da região?</li></ul> <p><i>A mediação acabou por ser um instrumento essencial nesta nova realidade, uma vez que através deste mecanismo conseguimos desempenhar um papel mais polivalente, organizado, coeso, criando pontes entre diferentes áreas e parceiros.</i></p>
--	--	--

<p><b>4. A pandemia em relação com o planeamento municipal.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender se existiram alterações das máximas, estipuladas no planeamento municipal da autarquia, devido ao aparecimento da Covid19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera que a pandemia afetou e transformou certas áreas de intervenção, mecanismos ou/e instrumentos de intervenção? Se sim, de que forma?</li> </ul> <p><i>Sim, este novo contexto veio impor uma mudança abrupta na nossa intervenção-ação, a pandemia acabou por ser um ponto de viragem para o social, constituindo um desafio e, simultaneamente, uma potencialidade à renovação da intervenção social, promovendo e incitando um trabalho holístico, mediático, em rede e dinâmico.</i></p>
---	---	---